



GERALDO MAGELA

PREVIDÊNCIA PEC Paralela vira lei e servidor recupera direitos

PÁGINA 13

Senadores comemoram aprovação da PEC Paralela, que vai à promulgação

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI – Nº 2.171/38 – Brasília, 4 a 10 de julho de 2005

EDIÇÃO SEMANAL

cidadania

Como utilizar o empréstimo com desconto em folha

Apesar de altos, os juros são menores que o do crédito tradicional. Mas é preciso conhecer as regras do negócio.

PÁGINA 24



JOSÉ CRUZ/ABR



WILSON DIAS/ABR

Marcos Valério, acusado de pagar propina a deputados, poderá ser acareado com sua ex-secretária Fernanda Karina na CPI

CPI não pára. É a vez de Valério e secretária

Apontado por Roberto Jefferson como operador do "mensalão", o publicitário Marcos Valério deverá depor na CPI dos Correios nesta quarta-feira, quando também será ouvida sua ex-secretária Fernanda

Karina. Na terça, a CPI toma depoimentos de envolvidos na gravação de vídeo. Divergências entre governo e oposição deixam indefinidos a votação da LDO, a criação de CPIs e o recesso parlamentar.

PÁGINAS 3 A 7

Referendo sobre armas à espera de votação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apela à Câmara para que vote logo o projeto.

PÁGINA 9

Simpósio vê necessidade de reforçar saúde pública

Evento promovido por comissões da Câmara e do Senado identificou progressos e falhas do SUS.

PÁGINA 17

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23

Senado Debate Brasil: em busca do crescimento

PÁGINA 11



JÚLIO FERNANDES/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Ferrovia Norte-Sul: investimentos para minimizar prejuízos decorrentes de inadequada infra-estrutura de transportes no país

CRISE POLÍTICA Jefferson reforça denúncias na CPI dos Correios e outras comissões de inquérito se definem

"Mensalão" no foco das investigações



A CPI dos Correios entrou de cabeça na investigação sobre Marcos Valério, apontado como responsável pelo pagamento de propina a parlamentares do PP e do PL pelo PT. Na semana passada, depois de horas de embate, o governo cedeu e a CPI marcou para esta quarta-feira, às 9h, os depoimentos do dono das empresas de publicidade SMP&B e DNA e de sua ex-secretária Fernanda Karina Somaggio, cujas informações confirmam acusações do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) contra Valério. Os sigilos bancário, fiscal e telefônico do publicitário, de quatro de suas empresas e de sua esposa, Renilda, foram quebrados, assim como o da ex-secretária. Não está descartada uma acareação entre Valério e Fernanda.

As investigações do "mensalão" já ocuparam a CPI dos Correios na última

quinta-feira, quando o deputado petebista cobrou dos parlamentares da comissão a investigação do suposto esquema de arrecadação de recursos pelo PT.

Para ele, os fatos narrados na gravação do ex-chefe do Departamento de Compras e Administração dos Correios, Maurício Marinho, são desprezíveis perto de suas denúncias (veja pág. 4). O próprio presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), reconheceu a contundência das declarações de Jefferson.

– Não há como abafar nada – disse, enquanto seu colega de CPI, senador Jefferson Peres (PDT-AM), confirma que a “comissão vai caminhar para a irrelevância se abandonar o 'mensalão'”.

Além de apuração do "mensalão" e da corrupção nas estatais, o deputado voltou a cobrar a reforma política, tema

que continua atraindo grande atenção no Senado (veja pág. 19).

Mesmo com as investigações em curso na CPI dos Correios, outras comissões de inquérito, no Congresso e na Câmara, ainda disputam a primazia de apurar as denúncias feitas por Jefferson sobre o "mensalão". Manobras regimentais, ora do governo, ora da oposição, impediram até agora a instalação da CPI da Compra de Votos, na Câmara, e da CPI Mista do Mensalão. Essa disputa deve se repetir esta semana, até a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), fato que determina o início do recesso parlamentar (veja pág. 7).

Porém, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, já afirmou que só convocará a sessão para a votação da LDO depois de aprovado o projeto de decreto legisla-

tivo que regulamenta o referendo sobre a proibição do comércio e circulação de armas (veja pág. 9). Somente então será possível saber quantas CPIs funcionarão no Congresso nos próximos meses. Até o momento, apenas a CPI dos Correios confirmou o funcionamento durante o possível recesso de julho, com diversas audiências marcadas (veja quadro nesta página). Esse não é o caso da outra comissão de inquérito já criada, a CPI dos Bingos, instalada na semana passada em reunião que contou com apenas dois senadores da base de apoio do governo.

Ao contrário da previsão de que só teria início em agosto, a CPI dos Bingos já tem definidos a mesa diretora e seu roteiro inicial de trabalhos, que inclui como primeiros depoentes o ex-assessor parlamentar do Palácio do Planalto Waldomiro Diniz e o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira. Mas eles só serão ouvidos em agosto (veja pág. 5).

Acareação entre publicitário e ex-secretária não está descartada



Serraglio (E), relator da comissão, ao lado de Delcídio, interroga Marcos Valério na quarta-feira

CPI define cronograma para julho e marca depoimentos

Os trabalhos da CPI Mista dos Correios para a primeira quinzena de julho já estão definidos. Os primeiros depoimentos serão tomados nesta terça-feira, quando a comissão continua a ouvir os envolvidos na gravação do vídeo que deflagrou a crise: o responsável pelo grampo, Jairo Martins, o agente da Agência Brasileira de Inteligência Edgar Lange, o empresário José Fortuna e Kasser Bittar, que teria apresentado Jairo Martins ao empresário Arthur Wascheck Neto.

Nesta quarta-feira será a vez de o publicitário Marcos Valério e de sua ex-secretária Fernanda Karina comparecerem à CPI. Os dois devem devolver o "mensalão" à pauta da CPI, ampliando o campo das investigações sobre as denúncias feitas pelo deputado

Roberto Jefferson de que Valério seria o operador de um esquema de pagamento de mesadas a parlamentares.

Na segunda semana de julho, devem ser ouvidos quatro ex-diretores dos Correios e ex-presidentes das estatais que não depuseram na última semana por conta dos embates entre oposição e governo para a aprovação dos requerimentos. O primeiro deles será o ex-diretor de Administração Antônio Osório Batista, cujo depoimento foi interrompido para a audiência de Roberto Jefferson.

Aprovados mais de 20 requerimentos

Com reuniões marcadas para terças e quartas durante o recesso parlamentar, a CPI vai ficar

com os demais dias livres para analisar os documentos que chegam à comissão, incluindo dados de sigilos quebrados (veja quadro). Na última semana foram aprovados mais de 20 requerimentos com solicitação de documentos, entre os quais os dados relativos à abertura dos sigilos de alguns dos envolvidos, a cópia da sindicância interna dos Correios e da investigação conduzida na estatal pela Controladoria Geral da União, além de relatórios sobre movimentações financeiras suspeitas.

Antes de definir o cronograma de atividades, a CPI aprovou requerimento de autoconvocação, solucionando, regimentalmente, a dúvida sobre a legalidade de seu funcionamento durante o recesso parlamentar.

Quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico desde janeiro de 2001

Maurício Coelho Madureira - ex-diretor de Operações dos Correios

Marcos Valério - dono das empresas de publicidade SMP&B e DNA

Renilda Fernandes de Souza - esposa de Marcos Valério

SMP&B Comunicação Ltda.

SMP&B Publicidade Ltda.

SMP&B São Paulo Comunicação

DNA Propaganda

Fernanda Karina Somaggio - ex-secretária de Marcos Valério, que denuncia o ex-patrão

Maurício Marinho - ex-chefe do Departamento de Compras e Administração dos Correios, que aparece em gravação de vídeo recebendo propina e detalhando um esquema de corrupção no governo

Arthur Wascheck Neto - dono da empresa Coman, encomendou o vídeo que flagrou Marinho

Antonio Velasco - sócio de Wascheck na Coman



Próximos depoimentos

Julho

Primeira semana

Terça-feira

Dia 5, a partir das 9h - Jairo Martins, Edgar Lange, José Fortuna e Kasser Bittar

Quarta-feira

Dia 6, a partir das 9h - Fernanda Karina Somaggio e Marcos Valério (nessa ordem). Os depoimentos podem ser seguidos de acareação

Segunda semana

Dias 12 e 13 - Ex-diretores dos Correios: Antônio Osório Batista (Administração), Eduardo Medeiros (Tecnologia), Maurício Madureira (Operações), Robson Koury (Recursos Humanos), Ricardo Caddah (Financeiro), os dois últimos ex-presidentes da estatal e o presidente da empresa Skymaster, Luiz Otávio Gonçalves

CPI DOS CORREIOS Comissão amplia alcance das investigações sobre as denúncias do deputado do PTB

JANE ARAÚJO



Jefferson Péres, sobre operações financeiras de Marcos Valério: "Nenhum empresário movimentou essa quantia em espécie"

Marcos Valério e sua ex-secretária depõem nesta quarta



As novas denúncias que relacionam o empresário Marcos Valério de Souza, dono das empresas de publicidade SMP&B e DNA, ao esquema do "mensalão", denunciado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), tiveram reflexo imediato na CPI dos Correios.

Após uma queda-de-braço entre governo e oposição, especialmente na quarta-feira passada, os parlamentares decidiram convocar Valério, além de quebrar os sigilos telefônico, fiscal e bancário do empresário, de sua esposa e de suas empresas (veja

pág. 3). Ele será ouvido nesta quarta-feira.

As denúncias do deputado Roberto Jefferson foram confirmadas pela ex-secretária de Valério, Fernanda Karina Somaggio, que apresentou uma agenda com anotações sobre diversos encontros do empresário com políticos e dirigentes do PT. Fernanda, que também teve seus sigilos abertos pela CPI, disse ainda ter conhecimento de grandes saques em dinheiro por Valério. Ela vai depor antes do ex-patrão, às 9h. O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), não descarta a possibilidade de que haja uma acareação entre os dois.

A situação do empresário se

aggravou com a publicação de investigações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que mostram saques em dinheiro de quase R\$ 21 milhões entre 2003 e 2005 de contas da SMP&B e da DNA.

- Nenhum empresário movimentou essa quantia em espécie - afirmou o senador Jefferson Péres (PDT-AM), que é membro da CPI.

Primeiramente, Valério justificou que os saques foram feitos para compra de gado, mas, na Corregedoria da Câmara, disse que o dinheiro era referente a pagamentos a fornecedores, compra de títulos financeiros e distribuição de lucros para sócios, negando a primeira versão.

O que disseram os envolvidos com a gravação que deflagrou o escândalo

Arthur Wascheck

O empresário confessou ser o mandante da gravação em que Maurício Marinho é flagrado recebendo R\$ 3 mil de propina e explicando um esquema de fraudes em licitações nos Correios. Disse que sua intenção era "desmascarar" Marinho perante os seus superiores. Wascheck alegou que a conduta do funcionário dos Correios estaria prejudicando a sua empresa, e negou que houvesse qualquer razão política para a encomenda. Contratou os serviços de Jairo Martins, dono do equipamento usado, mas desconhecia que ele era ex-funcionário da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Antonio Velasco

O sócio de Arthur Wascheck disse que só tomou conhecimento da fita depois que ela tinha sido produzida e negou qualquer envolvimento na encomenda. Ele afirmou, no entanto, que seu sócio não foi movido apenas por razões comerciais. Segundo Velasco, seu sócio pagou R\$ 20 mil a Arlindo Molina, responsável por mostrar a gravação ao deputado federal Roberto Jefferson, que é citado como coordenador do sistema de arrecadação de propinas.

Joel dos Santos Filho

É o empresário que conversa com Marinho na gravação e oferece R\$ 3 mil ao funcionário dos Correios por iniciativa própria. Assegurou que lhe chamou a atenção o fato de Marinho comentar as fraudes dos Correios sem hesitação e que havia feito outras gravações antes da que se tornou pública. Joel afirmou também que fez o vídeo como um favor a Wascheck, sem receber qualquer pagamento.

Arlindo Molina

Afirmou que apenas narrou ao deputado Roberto Jefferson o teor da gravação, numa conversa que durou menos de cinco minutos. Negou que tivesse chantageado o deputado e disse que o encontro com o parlamentar já estava agendado antes que soubesse da fita. Os R\$ 20 mil que recebeu de Wascheck foram um empréstimo para cobrir o seu cheque especial, sem vínculo com a gravação. Os parlamentares ficaram intrigados com as finanças de Molina, que alegou ser um homem sem posses, mas garantiu ter recebido R\$ 150 mil como adiantamento de uma consultoria, entre outras contradições.

Jairo Martins

Por meio dos seus advogados, disse que soube do seu depoimento na CPI pelos meios de comunicação, sem que houvesse recebido uma intimação formal. Ele vai ser ouvido pela comissão na primeira semana de julho. À Polícia Federal, Jairo confessou que entregou a gravação ao repórter da revista *Veja*.



Deputado ignora Correios e se concentra no "mensalão"

O deputado Roberto Jefferson desqualificou na CPI dos Correios as denúncias de fraudes na estatal, trazidas à tona pela gravação do ex-chefe do Departamento de Compras e Administração dos Correios, Maurício Marinho. O deputado apelou à CPI que investigue suas denúncias sobre o pagamento de mesadas a congressistas pelo PT, com a supervisão do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, e por intermédio de Marcos Valério, dono das empresas de publicidade SMP&B e DNA.

- A CPI não pode ficar em um funcionário de quarto escalão, um "petequero" (Marinho). O braço sujo da Abin [Agência Brasileira de Inteligência] noticiou um leviano pegando R\$ 3 mil usando meu nome, mas foi incapaz de dizer ao presidente Lula que Marcos Valério, a versão moderna e "macaqueada" do PC Farias [tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor], sacava milhões do Banco Rural - frisou Roberto Jefferson. O "mensalão" e a captação ilegal de recursos para campanhas eleitorais consumiram a maior parte das oito horas que o deputado passou na CPI, onde apresentou caminhos para que sua história seja comprovada. Entre eles, Roberto Jefferson informou que o dinheiro da mesada era sacado por assessores de deputados na agência do Banco Rural em um *shopping* de Brasília. Logo em seguida foi confirmada a presença de Valério no *shopping* em 19 de agosto de 2003, quando foi re-



ROOSEVELT PINHEIRO

O deputado Roberto Jefferson, sobre as provas de suas denúncias: "Tenho recebido muita coisa. Algumas eu filtro"

gistrado um saque em dinheiro de R\$ 150 mil daquela agência.

Além disso, o deputado apontou a duplicidade de CNPJ da SMP&B. Nesse momento, ele deu a entender que pode apresentar novos dados para ratificar sua versão para os fatos.

- Tenho recebido muita coisa. Algumas eu filtro - assegurou. O deputado também pediu que fossem apuradas as contas no Banco do Brasil, tendo em vista que, dos R\$ 4 milhões que recebeu do PT para as campanhas de 2004, 60% a 70% das notas tinham cintas do Banco do Brasil; apenas o restante teria o Banco Rural como origem.

Demonstrando convicção de que o presidente Lula não faria parte do esquema do "mensalão", Roberto Jefferson voltou a condenar o sistema de financiamento de campanhas eleitorais, apontando discrepância entre os valores declarados à Justiça Elei-

toral e o total efetivamente gasto nos pleitos. Nesse momento, ele desafiou o Plenário lotado da CPI a negar o conhecimento do chamado "caixa dois" nas campanhas, sem que fosse observada qualquer reação.

O depoimento serviu ainda para que o deputado confirmasse as denúncias, publicadas no mesmo dia pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de um esquema de distribuição de recursos de Furnas Centrais Elétricas para o PT. Todos esses meios de arrecadação de recursos, reafirmou Jefferson, estariam liderados pelo secretário-geral do PT, Slvio Pereira. O destino do dinheiro, afirmou, seria selado pelo tesoureiro da legenda, Delúbio Soares.

- A realidade vestiu as minhas palavras - disse o deputado, em referência aos relatórios que informam saques de quase R\$ 21 milhões das contas de Valério entre 2003 e 2005.

INVESTIGAÇÕES Governo e oposição travam disputa em torno do funcionamento de várias CPIs

CPIs discutem primazia para investigar "mensalão"

Enquanto a CPI dos Correios entra cada vez mais nas denúncias de pagamento de mesadas a parlamentares pelo PT, não se sabe qual será o fórum em que o chamado "mensalão" será investigado. Pagamentos a deputados são objeto de dois requerimentos de CPI: um na Câmara, que depende de aprovação de projeto de resolução para instalação da CPI; e outro no Congresso, que depende apenas de leitura em sessão.

O governo luta para que a CPI da Câmara, que apuraria a compra de votos de deputados desde 1995, seja instalada e tenha a

primazia das investigações.

Mas a pauta da Câmara está trancada por medidas provisórias e pelo projeto que regulamenta o referendo sobre o comércio de armas de fogo.

Por outro lado, o adiamento da votação da LDO posterga a sessão do Congresso em que será lido o requerimento de criação da CPI Mista do Mensalão, marcada para esta terça-feira, às 20h.

– Defendo a tese de que deve haver a fusão de CPIs. Os fatos devem ser apurados onde forem aparecendo – diz o senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Renan garante apuração isenta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou na terça-feira a lista de integrantes da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigará as privatizações realizadas entre 1990 a 2004, durante os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. O requerimento para criação dessa CPI foi apresentado em 2004 pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que à época pedia também uma comissão para investigar as atividades de Waldomiro Diniz, assessor da Casa Civil.

Renan garantiu a apuração "completa e isenta" de todas as

denúncias de corrupção.

– Vivemos um momento delicado da vida nacional, uma crise política de dimensões consideráveis, que ameaça a credibilidade de nossas instituições e exige de nós uma resposta firme – disse.

Ao comentar a profusão de CPIs – como a dos Bingos, a do Mensalão e a das Privatizações –, Renan declarou que "o Congresso deve focar investigação no que a sociedade quer saber".

– Farei valer todos os instrumentos constitucionais e regimentais para a apuração das denúncias de desvio de dinheiro público e de compra de parlamentares.



Renan Calheiros, presidente do Congresso, pode ler na terça-feira o requerimento que cria a CPI Mista do Mensalão

Participação da Abin nas investigações gera controvérsia

A atuação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na investigação de corrupção no governo está longe de ficar clara. Sabe-se somente que alguns dos responsáveis pelas gravações de cenas de corrupção explícita são ex-agentes do órgão ou de seu antecessor, o Serviço Nacional de Informações (SNI), e que a Abin estava, oficialmente, investigando contratos nos Correios. Depois de o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) ter acusado o órgão de agir como a "polícia política" do governo, o Congresso vai aumentar sua atenção à participação da Abin nos episódios.

A CPI deve se reunir reservadamente esta semana com o diretor-geral da Polícia

Federal (PF), delegado Paulo Lacerda, além do delegado da PF Luís Flávio Zampronha e do procurador da República Bruno Acioli, que estão à frente das investigações das irregularidades nos Correios. Algumas delas fazem parte de inquéritos sigilosos, que teriam como origem dados colhidos pela Abin.

Na semana passada, o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Armando Félix, e o diretor-geral da Abin, delegado Mauro Marcelo Lima e Silva, participaram de reunião fechada da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Os dois teriam reconhecido que a Abin estava investigando um foco de corrupção nos Correios.

CPI dos Bingos em compasso de espera



Em meio a mais uma disputa entre governo e oposição, a CPI dos Bingos foi instalada na semana passada e, contrariando as previsões, já entra no recesso parlamentar com presidente, senador Efraim Moraes (PFL-PB), vice-presidente, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), e relator, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN). O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), assegurou que o governo não pretende boicotar a CPI e quer todas as denúncias investigadas.

Tanto Efraim quanto Mozarildo entendem que o empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e o ex-assessor parlamentar da Casa Civil Waldomiro Diniz devem estar entre os primeiros ouvidos pela comissão. Entretanto, o presidente da comissão deixou

claro que, no momento, a prioridade é a CPI dos Correios. Tanto que, se houver recesso, enquanto esta funcionará em julho, a CPI dos Bingos só começa a tomar depoimentos em agosto, de acordo com o próprio Efraim.

Os primeiros documentos pedidos pela CPI devem chegar ao Senado ainda em julho. Na primeira reunião de trabalho, a comissão decidiu solicitar cópia do processo que levou à cassação do deputado federal André Luiz (RJ) e cópia do relatório final da CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que investigou irregularidades na Loteria do Estado do Rio de



Efraim Moraes, do PFL da Paraíba, foi escolhido presidente da CPI dos Bingos

Janeiro (Loterj) na gestão de Waldomiro Diniz. A CPI volta a se reunir nesta terça-feira, já que poderá funcionar até a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme orientação do presidente do Senado, Renan Calheiros.

"As investigações partirão da fita com Waldomiro"

A CPI deve funcionar normalmente durante o recesso parlamentar?

Não. Caso a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) seja votada e haja o recesso, vamos iniciar a convocação a partir de agosto, para que não haja esvaziamento da outra CPI, a dos Correios. Esta vai funcionar durante o recesso e é prioridade no momento, por já estar encaminhada. No entanto, aproveitaremos o mês de julho para reunir

o material que já existe sobre o assunto na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) – onde uma CPI investigou a gestão de Waldomiro Diniz na presidência da lotérica daquele estado [Loterj] –, no Ministério Público e na Polícia Federal, e estudar o material até agosto.

Como o senhor prevê o trabalho com o relator, o senador Garibaldi Alves, indicado pela base?

Entendemos que o presidente e o relator não devem ser do mesmo lado. Como sou da oposição, ofereci um prazo para que o governo indicasse um nome para a relatoria e fico satisfeito por essa indicação ter sido feita. Isso ajuda a equilibrar os trabalhos e a dar mais transparência. Lamentei que essa praxe de haver "contraditório" no colegiado não tenha sido seguida pelo governo na CPI dos Correios, cujos presidente e relator são da base governista. Foi até uma questão de coerência oferecer a eles essa indicação.

O senhor não vê a possibilidade de ocorrer o mesmo que na CPI do Banestado, na qual as divergências entre o presidente e o relator dificultaram a aprovação do parecer final, que acabou não sendo votado?

A CPI do Banestado foi uma exceção, não pode ser tida como

regra. Na CPI dos Bingos não deve ocorrer o mesmo, pois vai funcionar com um cronograma diferente, que será traçado de forma a alcançar bons resultados. Ainda não definimos o cronograma, mas acredito que as investigações partirão da fita de vídeo em que Waldomiro apareceria pedindo propina ao empresário de jogos Carlinhos Cachoeira.

O senhor considera a instalação da CPI no atual momento político uma derrota do governo?

Não. O governo perdeu foi no ano passado, quando os governistas deixaram de indicar os integrantes, depois de serem obtidas as assinaturas necessárias para instalar essa CPI. Se o governo tivesse cooperado naquela ocasião, muitos problemas que estão ocorrendo hoje, tanto no Executivo quanto no Legislativo, por coisas não apuradas, teriam sido evitados. Essa CPI não é uma derrota do governo, e sim uma vitória do Senado, das minorias e, sobretudo, da democracia.

CÂMARA

Conselho de Ética deve quebrar sigilos de petebista

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara deverá pedir a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), que será convocado para depor novamente. O relator do processo de cassação, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), deverá apresentar o pedido aos membros do conselho e, se aprovado, será encaminhado ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Na nova convoca-

ção, Roberto Jefferson terá de esclarecer informações sobre as denúncias de desvio de R\$ 3 milhões da empresa Furnas Centrais Elétricas, além de contradições com outros depoimentos. Esta semana, o Conselho de ética ouviu, na terça-feira, o deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ). Na última quinta-feira, o ex-líder do PP, Pedro Henry (MT), negou em depoimento a acusação de que seria um dos responsáveis pela distribuição do "mensalão". O

líder do PTB, deputado José Múcio (PE), também negou, na quarta-feira, que tenha recebido oferta de dinheiro e disse que ouviu falar no "mensalão" em meados de 2004. Na terça-feira, o conselho ouviu Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária do publicitário Marcos Valério, acusado de ser o mensageiro do "mensalão". O presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), disse que Valério também será ouvido.

CRISE POLÍTICA Senadores cobram empenho do governo e pedem que investigações sejam ampliadas

Povo exige apuração, diz Arthur Virgílio



O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, afirmou em discurso na quinta-feira que a opinião pública exige que a Câmara dos Deputados investigue as atividades do publicitário Marcos Valério, acusado de ser o principal operador do "mensalão", suposta mesada paga pelo PT a deputados do PP e PL. Segundo o senador, a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Mensalão na Câmara está enfrentando um processo "desmoralizante", já que os primeiros signatários do pedido de apuração são os deputados Sandro Mabel (PL-GO) e José Janene (PP-PR), acusados pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de envolvimento no esquema de pagamento de mesadas.

– Eles são acusados diretamente, e, portanto, colocados sob suspeição nesse processo. É uma



Arthur Virgílio afirma que o governo é visto como um mal a ser suportado

ingenuidade de alguns setores da Câmara, que imaginam ser possível controlar qualquer CPI. Se o presidente dessa comissão for o senhor Mabel e o relator o senhor Janene, ainda assim a opinião pública vai cobrar a apuração cabal de todas as denúncias ligadas a esse episódio vergonhoso – afirmou Arthur Virgílio.

Na opinião do parlamentar, se o governo não for capaz de explicar as denúncias de corrupção à

opinião pública, terá problemas cada vez maiores com a governabilidade.

– O que cabe é apurar os fatos, e se há, em qualquer quadrante, alguém usufruindo de dinheiro público, é preciso apontá-lo à opinião pública e à Justiça para que seja punido – ressaltou.

Virgílio voltou à carga na sexta-feira, ao afirmar que "a nação brasileira caminha para o desencanto". O parlamentar disse que, por conta da improvisação, o atual governo já é visto pela população como um mal a ser suportado até o fim do ano que vem.

– Esta etapa que vivemos é a de uma fase sombria, que fecha o caminho de um futuro melhor para o Brasil. As oposições alteraram a voz e promovem, no Legislativo, as investigações em curso. Necessárias, diz o povo. Mas sabotadas pelo governo Lula – afirmou o senador.

Simon apela para que Lula promova choque ético

Em discurso no Plenário, na sexta-feira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que retome os rumos de sua caminhada de luta e dê um choque ético, de moralidade e de seriedade ao seu governo, promovendo as profundas transformações defendidas pelo Partido dos Trabalhadores.

– Hoje a sociedade diz que Lula é um homem de bem. Mas daqui a pouco ninguém vai dizer mais isso. Ele tem diante de si a tarefa de dar um final ao governo, que poderá terminar na reeleição ou no vazio – declarou.

Simon lembrou que, no início

do atual governo, aconselhou o presidente a compor um ministério de qualidade, com os melhores especialistas em cada área. Mas, segundo o senador, em vez disso, o presidente preferiu aumentar o número de ministérios e escolher para ministros derrotados nas eleições e pessoas com problemas na Justiça.

Simon frisou que o PT também errou quando fez alianças com outros partidos, e "hoje todos já sabem como essas alianças foram conseguidas".

– O PMDB vai garantir a governabilidade, votar com o governo. Só não achamos que devemos participar do governo. É uma



Simon diz que o presidente tem diante de si a tarefa de dar um rumo ao governo

das raras vezes que o PMDB, que é doido por cargos, toma essa posição. Mas, em vez de o governo entender isso, rompe com a maioria do partido. Não é desprezando quem quer apoiá-lo que o governo vai conseguir esse apoio – desabafou.

Alvaro Dias sugere apurar ligações com agências

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a CPI dos Correios precisa investigar os caminhos que ligam a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, cujo titular é o ministro Luiz Gu-shiken, às verbas de publicidade das estatais, do BNDES e de bancos oficiais. A secretaria, segundo o senador, centraliza todas as licitações, o que resulta em "tráfego de influência".

– Vou citar apenas uma conexão: a mulher do diretor de eventos da secretaria é proprietária de uma empresa, a Astral, que presta serviços e assina contratos de publicidade com a empresa SMP&B, do publicitário Marcos Valério. Se seguir trilhas semelhantes, a CPI encontrará as empresas do publicitário Duda Mendonça – disse.

Alvaro Dias considera que a CPI dos Correios já identificou um caminho seguro da corrupção no

governo, ligando estatais, como Furnas e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, às agências de publicidade de Marcos Valério, como forma de viabilizar o pagamento do "mensalão".

– O Congresso tem uma responsabilidade indelegável na investigação das conexões espúrias entre empresas do governo, de dinheiro público desviado e apoio político comprado – ressaltou.

O senador José Jorge (PFL-PE) comunicou que está elaborando um projeto de lei que redefine as relações entre as estatais e as agências de publicidade. O motivo é permitir que as melhores agências que atuam no país também prestem serviços a empresas como os Correios e a Petrobras. O senador observou que a idéia surgiu depois de constatar os altos valores gastos pelas empresas estatais com propaganda.

Ana Júlia Carepa contesta acusações a Patrus Ananias

Ana Júlia Carepa (PT-PA) criticou matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 23 na qual o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, foi acusado de usar verbas de publicidade para suprir caixa dois.

A senadora informou que as verbas publicitárias – cerca de R\$ 9 milhões – estavam previstas no orçamento do ministério para 2004 e foram aplicadas de acordo com as rubricas previstas na lei orçamentária. Ela disse também que houve prestação de contas dos gastos da pasta.

– Expresso meu apoio ao ministro, homem sério e idôneo, que agora se vê envolvido em denúncias inconseqüentes – afirmou.

Ney Suassuna: "denúncias são nitroglicerina"

A comissão mista de inquérito que investiga denúncias de corrupção nos Correios teve uma semana atribulada, cujo ápice foi o depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Para o líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), as denúncias feitas pelo deputado comparam-se a "nitroglicerina sendo jogada nas artérias da República".

Apesar das suspeitas que envolvem Roberto Jefferson, Suassuna não nega a importância de suas acusações.

– Como testemunha, ele está sendo precioso porque trouxe à luz várias denúncias – opinou o senador.

Suassuna também destacou o depoimento de Marcos Valério.

– Toda a nação está curiosa. Ele parece o Mr. M, o homem do mistério. A ele estão sendo atribuídas tantas funções que todos nós queremos saber o que há de real – afirmou.

O líder do PMDB disse também, na sexta-feira, que a bancada do seu partido – a maior



Para Suassuna, Roberto Jefferson, apesar de suspeito, é testemunha importante

do Senado, com 23 senadores – "é pequena para tanta CPI". Ele anunciou uma reunião de líderes para decidir os temas prioritários para criação de comissões parlamentares de inquérito.

– Fico pasmo com a riqueza política da bancada do PMDB, mas chego a pensar na necessidade de uma "bancada de reserva" diante da quantidade de CPIs que estão sendo criadas no Congresso Nacional – declarou Ney Suassuna.

Ideli pede que inquérito atinja os corruptores

Ao fazer uma avaliação positiva dos trabalhos realizados na semana passada pela CPI dos Correios, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) fez um apelo para que as investigações da comissão sejam profundas o suficiente "para chegar aos corruptores, não somente aos corrompidos". Ela fez referência à reportagem da revista *Carta Capital*, que levanta a possibilidade de o Banco Opportunity ter orientado a secretária Fernanda Karina Somaggio a depor contra seu ex-patrão, o publicitário Marcos Valério de Souza.

A senadora explicou que, segundo a reportagem, o Opportunity teria, no ano passado, tentado cooptar funcionários da agência de publicidade SMP&B,

de Marcos Valério, até encontrar a secretária, que fora demitida meses antes. O motivo seria uma briga entre o publicitário e o banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity.

Marcos Valério foi acusado pelo deputado Roberto Jefferson de transportar o dinheiro que seria distribuído pelo PT para ajudar nas campanhas de partidos aliados e para pagar o "mensalão" a deputados do PL e do PP, em troca de apoio a projetos do governo.

– Espero que tenhamos capacidade para conduzir os trabalhos da CPI e chegar aos grupos econômicos que realmente se beneficiam com a corrupção – salientou a parlamentar.

Capiberibe propõe sistema para controle de gastos

João Capiberibe (PSB-AP) afirmou na terça-feira que o Congresso Nacional deve buscar sistemas de informática que permitam maior controle de gastos públicos e, assim, um combate mais eficiente à corrupção. Segundo o senador, a corrupção no país está tão difundida e tão tolerada que a implantação de sistemas de controle dos gastos públicos tornou-se medida inadiável. Capiberibe citou como modelo o Sistema de Informação Gerencial Siga Brasil, implantado recentemente no Senado, que permite aos senadores acompanhar a tramitação de emendas de parlamentares no Orçamento da União.

Para Agripino, denúncias estão todas conectadas

Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), há uma ligação entre as denúncias de corrupção nos Correios, do "mensalão" e do caso Waldomiro Diniz. Ele afirmou que alguns pivôs dessas crises, como o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, o secretário-geral do partido, Silvio Pereira, e o ex-assessor do então ministro José Dirceu, Waldomiro Diniz, tinham trânsito livre na Casa Civil da Presidência.

A descoberta de saques de R\$ 20 milhões feitos pelo publicitário Marcos Valério estaria relacionada, na interpretação de Agripino, com os R\$ 4 milhões que o deputado Roberto Jefferson disse ter recebido do PT para financiar campanhas do PTB.

COMISSÕES Oposição condiciona apreciação da lei orçamentária ao funcionamento de comissões de inquérito

LDO só irá a voto depois de acordo



Desta vez a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 depende mais de uma definição clara do que vai ocorrer durante o recesso do Congresso em julho do que de consenso em relação ao substitutivo formulado pelo relator, deputado Gilmar Machado (PT-MG).

A votação na Comissão Mista de Orçamento ficou adiada para esta terça-feira, às 15h30. Mas ainda não há acerto entre as lideranças que garanta a sua aprovação tanto na comissão quanto no Plenário do Congresso. O PFL condicionou o acordo sobre a LDO à criação de comissão parlamentar mista (do Senado e da Câmara) para investigar as denúncias de pagamentos principalmente a deputados do PL e do PP, que teriam sido feitos por dirigentes do PT em troca de apoio ao governo. E o PSDB quer que o presidente do Congresso, Renan Calheiros, formalize o entendimento regimental que permitirá o funcionamento das CPIs mistas durante o recesso.

Renan anunciou, depois da reunião com líderes na quinta-feira, que pretende fazer a leitura do requerimento de criação da CPI do Mensalão para investigar as denúncias do deputado Roberto

Jefferson (PTB-RJ) na sessão do Congresso prevista para 20h desta terça-feira. Na comissão, muitos parlamentares apostam que a LDO poderá ser votada na mesma sessão. Mas Renan avisou que antes pretende votar outras matérias relevantes para o país, como o referendo do desarmamento. No ano passado, a LDO só foi aprovada no Plenário no dia 13 de julho.

Relator mantém compromisso do governo

Com três versões apresentadas à comissão, o relatório de Machado mantém o compromisso do governo de não elevar a arrecadação administrada pela Receita Federal além de 16% do produto interno bruto (PIB), contendo as despesas primárias na faixa de 17% do PIB. Mas admitiu algumas flexibilidades (ver quadro ao lado).

O relator propôs um mecanismo de ajuste na meta do superávit primário, para calibrá-lo em 0,25 ponto percentual de acordo com o comportamento da economia em 2006. Porém, teve que ceder às pressões do Ministério da Fazenda e prever sua suspensão se o endividamento público não cair no ritmo esperado pelo governo. Os parlamentares apresentaram 2.545 emendas ao texto encaminhado pelo Executivo, das quais 740 foram acolhidas.



Arthur Virgílio (E), Suassuna, Renan e Agripino: líderes ainda não se entenderam sobre votação

Relatório define novas regras para tramitação

Fracassadas as tentativas de acordo para uma proposta final da comissão encarregada de sugerir novas regras de tramitação dos orçamentos federais, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) entregou na semana passada a última versão do seu relatório ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Heráclito Fortes (PFL-PI) não aceitaram reduzir as três emendas coletivas que ampliaram a participa-

ção do Senado nos dois últimos orçamentos.

Barros informou que manteve a recomendação de reduzir as emendas de bancada (atualmente de 18 a 23) para 12, das quais nove para apropriação de recursos obtidos de reestimativa de receita e três de remanejamento de verbas já orçadas pelo Executivo. Desse total, os senadores ficaram com o direito de propor três emendas (duas de apropriação) às respectivas bancadas.

O número de emendas coletivas que pode ser apresentado pelos senadores gerou queda-de-braço entre os parlamentares das duas Casas do Congresso. Sérgio Guerra anunciou que também entregará a Renan suas sugestões para mudar o processo orçamentário. Barros definiu a partilha de recursos entre as relatorias e os partidos: 55% e 25%, respectivamente. O relator-geral ficaria com os 20% restantes.

Presidente do Banco Central é questionado sobre juros

As altas taxas de juros foram um dos principais temas da audiência pública com o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, na quinta-feira, na Comissão Mista de Orçamento. Meirelles foi questionado sobre as despesas com juros, que não são contabilizadas no superávit fiscal primário e, além disso, não estariam sob qualquer forma de restrição – ao contrário do que ocorre com outras despesas governamentais.

– Há uma manipulação da opinião pública: quando se fala em gastos do governo, esconde-se que as despesas com juros fazem parte desses gastos e pesam nas contas do governo. Dessa forma, acaba-se defendendo um brutal superávit primário, com cortes de gastos e aumentos de impostos que afetam toda a sociedade. Para mudar essa situação, é preciso construir uma política macroeconômica que não trate de forma privilegiada os gastos financeiros – afirmou o deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE).

Respondendo às críticas sobre a política monetária, o presidente do BC reconheceu que o atual patamar dos juros provoca “efeitos colaterais brutais” sobre a dívida pública, mas ressaltou que esse expediente “é o mais eficaz”.

– A inflação já foi combatida de diversas formas, e nós fracassamos muitas vezes. A experiência mostra que o uso das taxas de juros, em conjunto com a disciplina fiscal, funciona. Não podemos adotar medidas artificiais que tra-



Meirelles defende o emprego dos juros e da disciplina fiscal para conter a inflação

riam alívio momentâneo, mas que posteriormente poderiam levar a um desastre – argumentou.

Meirelles declarou que, apesar de elevados, “os juros vêm caindo progressivamente nos últimos anos”. Ele disse que as taxas médias caíram pela metade na comparação entre os períodos 1994-1999 e 1999-2004.

Segundo o presidente do Banco Central, a economia do país poderá ter um desempenho melhor do que no ano passado, e destacou que a queda da inflação que vem sendo verificada pode contribuir para isso. De acordo com dados da instituição, o produto interno bruto (PIB) cresceu 4,9% em 2004.

Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), as políticas monetária e de crédito conduzidas pelo Banco Central são contraditórias, sendo a primeira contracionista, visando conter a demanda e a inflação, enquanto a outra é expansionista.

Como ficou o substitutivo ao projeto

A meta do superávit primário (valor economizado para pagar os juros da dívida pública) poderá ser ajustada em 0,25 ponto percentual do produto interno bruto (PIB), dependendo do comportamento da economia em 2006; subindo para 4,5% do PIB se houver expansão econômica que absorva maior esforço fiscal ou descendo para 4% do PIB no caso de retração da economia, como forma de viabilizar investimentos públicos.

Esse mecanismo, batizado de “ajuste anticíclico”, poderá ser suspenso caso o governo aponte que a relação dívida líquida do setor público/PIB está caindo em ritmo menor do que a média verificada em 2004 e 2005; essa condição incluída a pedido da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) poderá ser modificada, dificultando ainda mais a possibilidade do mecanismo ser acionado.

Os R\$ 3 bilhões previstos para atender os investimentos em infra-estrutura do chamado Projeto Piloto, negociado durante o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e as despesas com essas obras que não puderam ser pagas em 2005, serão subtraídos da meta do superávit primário de 4,25% do PIB.

Os recursos destinados a ressarcir os estados exportadores (Lei Kandir) foram retirados do teto de 17% do PIB fixado para conter as despesas correntes primárias (pessoal, benefícios previdenciários e assistenciais, custeio da máquina); essa medida poderá abrir espaço significativo no Orçamento, segundo o relator, para arcar com outros gastos como reajuste dos militares e aumento do salário mínimo; em 2005, o valor orçado para compensar essa desoneração das exportações é de R\$ 5,2 bilhões.

O substitutivo proíbe transferências voluntárias aos estados, Distrito Federal e municípios que descumprirem as aplicações mínimas constitucionais em educação e saúde, reforçando dispositivo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

As emendas individuais destinadas a transferências voluntárias a estados e municípios não serão contingenciadas desde que atendam programas considerados prioritários no Parecer Preliminar elaborado pelo relator-geral do Orçamento; essa inovação incorpora sugestão discutida no âmbito da comissão de reestruturação orçamentária.

O governo não poderá bloquear os recursos destinados à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e os que estiverem orçados na função “Ciência e Tecnologia”; na LDO de 2005, a proibição de contingenciar as verbas da Embrapa não estava explícita; a grande novidade é a inclusão da Fiocruz.

Se houver excedente de arrecadação em relação ao teto de 16% do PIB estabelecido para os recolhimentos administrados pela Receita Federal, o governo poderá constituir reserva de contingência específica no Orçamento de 2006; ela será utilizada, mediante autorização do Congresso, para compensar medidas que desonerem determinados setores, como a chamada MP do Bem, ou absorver crescimento de despesas obrigatórias acima do orçado.

O relator quer, ainda, garantir na LDO o princípio de gestão da LRF que impede o início de novas obras sem concluir as que estão em andamento; os parlamentares teriam o compromisso de assegurar recursos por meio de suas emendas, nos exercícios seguintes, para finalizar as iniciadas em 2006.



CIDADANIA Veículos de comunicação da Casa levam à população informações sobre CPIs e denúncias de corrupção

Senado mantém país bem informado



O interesse da sociedade em acompanhar em detalhes os acontecimentos que envolvem as denúncias de corrupção aumentou a procura pelas transmissões e notícias produzidas pelos veículos de comunicação do Senado.

Dados levantados pela Central de Relacionamento do Cidadão apontam a TV Senado como líder entre as fontes de informação sobre o tema, informa Ana Lúcia Novelli, diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado.

– Mais de 52% das mensagens recebidas apontam a TV Senado como principal fonte de informação das pessoas – destaca.

O teor das mensagens não deixa dúvidas quanto ao desejo do cidadão em ver esclarecidos os fatos denunciados e punidos os

responsáveis, frisa Ana Lúcia, que caracteriza a ampla maioria das manifestações como “de apoio ao trabalho da CPI Mista dos Correios e demonstrativas do acompanhamento do caso pela mídia”.

O diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg, ressalta o desempenho pelos veículos da Casa durante a crise política.

– Esses veículos são instrumento de fortalecimento da democracia, e cumprem um papel insubstituível ao divulgar de forma equilibrada e plural os acontecimentos no Parlamento. Queremos ampliar esse alcance da TV e do jornal, para que toda a população possa ter acesso a seus conteúdos – diz.

Para entrar em contato com a Central de Relacionamento, basta ligar gratuitamente de qualquer parte do país para o Alô Senado, pelo telefone 0800 61-2211.

Agência aumenta o noticiário sobre denúncias

Desde a veiculação das primeiras denúncias de corrupção envolvendo o governo, em 16 de maio, a página da Agência Senado tem espelhado a preocupação dos senadores com a questão. Em 40 dias, foram produzidas 347 matérias sobre este tema, de um total de 1.169 textos consolidados.

Na criação da CPI dos Correios, em 25 de maio, o assunto ocupou 66% do noticiário. Para a diretora da Agência Senado, Valéria Ribeiro, a cobertura dos veículos de comunicação do Senado espelha os anseios da sociedade.

– Nosso sistema de comunicação torna cada vez mais transparente tudo que tem a ver com a vida legislativa. No caso da Agência Senado, temos uma cobertura intensa, com uma

produção de mais de 30% das matérias voltadas ao combate à corrupção. Isso demonstra o interesse da sociedade. É uma pressão legítima, que reverbera aqui dentro. A comunicação da Casa é o órgão que mais espelha esse anseio da sociedade por transparência – explica Valéria.

Davi Emerich, chefe de reportagem da Agência, vê um trabalho inovador.

– O Senado se constitui na vanguarda da afirmação de um novo jornalismo de tipo público, com profundo caráter republicano e sem perder de vista a objetividade dos fatos – diz.

Apenas na primeira semana dos trabalhos da CPI dos Correios, a soma dos acessos à página da Agência Senado na Internet chegou a 133.548, contra 82.582 na semana anterior.



Depoimento de Roberto Jefferson à CPI: *link* da TV na Internet bateu recorde de acessos

Novas tecnologias diversificam as opções

A TV Senado constatou o aumento do número de telespectadores por meio da quantidade de telefonemas e *e-mails* recebidos pela emissora e pelo uso das imagens geradas pela estação por outras empresas televisivas.

– A CPI dos Correios e as outras comissões têm atraído muito interesse, e podem ser acompanhadas na íntegra e ao vivo pela TV Senado. Estamos em plantão permanente para acompanhar todos os acontecimentos da Casa, com entradas ao vivo durante toda a programação – ressalta James Gama, diretor da TV Senado.

Também para atender à crescente demanda, a TV Senado lançou, no último dia 14, a TV Senado 2, que permite, via Internet, a transmissão ao vivo das reuniões de comissões e outros eventos que aconteciam simultaneamente às sessões plenárias e eram incluídos na grade de programação depois de gravados.

– O Plenário tem prioridade na cobertura, então há outras atividades que, pela TV, só podem ser acompanhadas nos noticiários e programas especiais, ou em *flashes* – explica James.

Na estréia do novo *link*, a página do Senado

na Internet registrou mais de 13 mil acessos. O recorde foi registrado na quinta-feira, com o depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) na CPI Mista dos Correios, com mais de 14 mil registros. Segundo James Gama, a intenção é criar também outras programações alternativas,

para poder transmitir todas as reuniões de comissões ao vivo.

– Queremos abrir um leque de opções, com a TV Senado 3, a TV Senado 4, permitindo que o cidadão acompanhe o trabalho que for de seu interesse. São as novas tecnologias a serviço da comunicação e da cidadania, permitindo

que o internauta escolha o que quer assistir – diz o diretor, que revela o interesse de outros portais de informação em transmitir na íntegra a programação.

Criada em 1996, a TV Senado inicialmente era transmitida apenas por TV a cabo ou por assinatura. Hoje o sinal está disponível em todo o território brasileiro, levado também por antenas parabólicas e, mais recentemente, em sinal aberto de UHF. Na Internet, a TV Senado pode ser acessada pelo *link*: www.senado.gov.br/tv.

TV Senado planeja oferecer duas ou até três programações simultâneas



Davi Emerich, chefe de reportagem da Agência: na vanguarda de um novo jornalismo público, sem perder a objetividade

Ampla cobertura do jornal

A cobertura do *Jornal do Senado* também reproduz o interesse da sociedade pela crise política, afirma seu diretor, Eduardo Leão.

– Desde que a CPI Mista dos Correios começou a investigar as denúncias de corrupção contra partidos políticos, membros do Executivo e parlamentares, o jornal vem dando maior espaço ao tema. Na última edição da

versão semanal, por exemplo, seis páginas foram dedicadas às denúncias. São reportagens que, além de mostrar o andamento das investigações, trazem informações exclusivas sobre CPIs, dados históricos, entrevistas especiais e assuntos relacionados. E todos os depoimentos, debates e decisões da comissão de inquérito são reproduzidos na edição diária – conclui.

Cresce interesse pelas notícias da rádio

Na Rádio Senado, além da quantidade de telefonemas e *e-mails* recebidos, cresceu a procura de outras emissoras interessadas em retransmitir o material jornalístico, cultural e de utilidade pública produzido pela Radioagência.

Esse material está disponível em arquivos de áudio no formato mp3, que podem ser baixados gratuitamente da Internet ou usados por outras rádios e colocados no ar. Basta que a emissora interessada preencha um cadastro, acessível na página da rádio na Internet (www.senado.gov.br/radio). Muitas também procuram a Radioagência diretamente em busca dos áudios de seu interesse.

O coordenador do núcleo de Radioagência, Luís Carlos Fonteles, diz que o *site* vem tendo um aumento significativo de acessos nas últimas semanas.

– Enquanto em uma média diária fica em torno de 1.540

arquivos baixados, registrou-se o recorde de 6.836 *downloads* no último dia 14. E nos quatro dias de abertura dos trabalhos da CPI dos Correios (de 19 a 22 de junho), cuja cobertura vem sendo feita pela emissora, foram baixados 10.984 arquivos. Saliente-se que esta é a primeira vez que a página da rádio faz a cobertura de uma CPI, paralelamente às transmissões normais da emissora – diz.

O objetivo principal dessa cobertura paralela coordenada pela Radioagência é atingir um público ainda maior do que o abrangido pela Rádio Senado, que transmite em FM para o Distrito Federal e em ondas curtas para o Norte, Nordeste e restante do Centro-Oeste. Há 666 emissoras conveniadas, formando uma audiência de 30 milhões de ouvintes.

Ainda segundo Luís Carlos, outra razão para o aumento da audiência da Rádio Senado, além do natural interesse da opinião pública pelos últimos acontecimentos políticos, está no interesse da emissora em aperfeiçoar a arquitetura da informação da sua página na Internet. Em breve, a página terá nova aparência e maior navegabilidade, apresentando as informações de modo ainda mais ordenado.

Outra novidade a ser em pouco tempo incluída na página são canais

adicionais alternativos de áudio ao vivo, a exemplo da TV Senado 2. Atualmente, a programação que pode ser ouvida pelo *site* é a da emissora FM. Nos canais adicionais poderão ser acessadas as transmissões em ondas curtas e o som direto das reuniões das comissões.

Rádio Senado e suas conveniadas somam mais de 30 milhões de ouvintes

DESARMAMENTO Presidente do Senado classifica de "equivoco" oposição de grupo de deputados à iniciativa

Renan faz novo apelo por referendo



O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez apelo à Câmara dos Deputados para que vote

antes do recesso parlamentar o projeto de decreto legislativo que marca para outubro a realização do referendo sobre a proibição de comercialização de armas de fogo e munição no país.

Renan participou do lançamento do livro *Mortes matadas por armas de fogo no Brasil - 1979-2003* (veja abaixo) e disse que a resistência de 20 ou 30 deputados sobre a questão é um equívoco, pois é preciso entender que as mortes por armas de fogo no Brasil hoje são "dramáticas" e

representam mais de 10% das mortes por armas de fogo que acontecem no planeta.

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, tentou colocar em votação na noite de quinta-feira a proposta do referendo, em sessão extraordinária, mas não obteve sucesso. "Vou fazer todo o possível para que o bom senso impere na Câmara", prometeu o deputado, que espera um acordo entre os líderes partidários que permita a deliberação da matéria antes do encerramento dos trabalhos legislativos do semestre.

A pergunta original do referen-

do, que deverá ser respondida pela população brasileira, é: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?". Esta será a primeira vez que o povo brasileiro irá decidir sobre uma lei já aprovada pelo Congresso.

No referendo, o povo decide se uma lei já aprovada pelo Legislativo deve entrar em vigor. Já o plebiscito é uma consulta prévia sobre um tema de relevância constitucional.

O Brasil realizou dois plebiscitos nacionais, ambos sobre a adoção ou não do parlamentarismo (em 1963 e em 1993).

Presidente da Câmara aposta em acordo de líderes para votar o projeto

Estudo revela números alarmantes no país

As mortes por arma de fogo no Brasil superam as de países em longos conflitos bélicos: entre 1979 e 2003, foram mortas 550 mil pessoas, em contraste com as 125 mil vítimas em 57 anos da disputa territorial entre Israel e Palestina. A revelação consta da publicação *Mortes matadas por armas de fogo no Brasil - 1979-2003*, do sociólogo e chefe do escritório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em Pernambuco, Julio Jacobo Waiselfisz, lançado semana passada na Presidência do Senado.

O sociólogo salientou que 44,1% das mortes por causa de tiros são de jovens. Essa é também a principal causa de óbitos - quase 300 vezes mais do que a Aids e 80% a mais que

os acidentes de transporte entre os jovens.

- Com um flagelo desse, que



Brasil registra mais mortes por armas de fogo que países envolvidos em longas guerras

mata mais do que a Aids, ainda estamos discutindo se temos que proibir ou não a arma de fogo.

O presidente Renan Calheiros afirma no prefácio do livro que "as experiências internacionais demonstraram que quando se reduz a circulação de armas, quando se tem um efetivo controle na venda, a consequência é a redução da violência e da criminalidade".

Para o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), os dados do estudo servem de alerta. "Parte da nossa juventude não terá chance se isso continuar. Ou o Brasil reage, ou os números estatísticos vão aumentar."

Os senadores José Jorge (PFL-PE), Wirlande da Luz (PMDB-RR) e Ideli Salvatti (PT-SC) também estiveram no lançamento do livro.

Defesa da proibição de armas é quase unânime entre senadores

Mesmo satisfeito com os resultados da campanha de recolhimento de armas, o senador César Borges (PFL-BA), relator da proposta do Estatuto do Desarmamento e integrante da Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas, lembra que ainda há muitas medidas a serem tomadas para reduzir a criminalidade no país.

O parlamentar baiano cita, entre as iniciativas, a realização de batidas policiais e montagem de barreiras nos locais de conflito, em ações coordenadas entre a Polícia Federal e as polícias estaduais, civil e militar. Favorável ao referendo ainda este ano, César Borges é enfático:

- Não existe arma do bem e do mal. A arma existe para tirar uma vida humana.

No mesmo tom, Paulo Octávio (PFL-DF) afirma que a proibição do comércio de armas "deve e precisa" ser aprovada. O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), também espera que a população se manifeste pela proibição no momento do referendo.

Voz contrária ao desarmamento, Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) defende "a arma na mão do homem honesto", com profissão definida, adestramento para o uso e provada capacidade mental. Já Edison Lobão (PFL-MA) diz que o Estatuto do Desarmamento traz instrumentos eficazes de combate à violência, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) destaca a reação "positiva" das pessoas ao Estatuto e à campanha de entrega voluntária de armas.

Movimento defende referendo só ano que vem

As organizações contrárias à proibição do comércio de armas do país dizem que não são contra o referendo, mas apenas querem economizar R\$ 600 milhões dos cofres públicos - estimativa dos gastos necessários para promover a consulta à população no próximo mês de outubro -, organizando a votação juntamente com as eleições gerais do ano que vem.

- São destinados anualmente apenas R\$ 200 milhões em verbas federais para segurança pública em todo o país. Os R\$ 600 milhões previstos para o referendo poderiam ajudar a deslançar inúmeros programas sociais nas cidades onde a criminalidade é mais crítica, reequipar as polícias, fazer novas contratações e ampliar a atuação junto às fronteiras, por onde entram as armas ilegais - alega Bene Barbosa, presidente do movimento Viva Brasil.



País de jovens vitimados por armas de fogo promovem ato, em 27 de junho, a favor da aprovação de referendo na Câmara

Campanha recolhe perto de 400 mil armas em todo o país

A campanha pelo desarmamento, ampliada até outubro, apresenta "resultados fantásticos para o país", na avaliação do senador Renan Calheiros, presidente do Senado e autor do projeto que institui o referendo. Foram retiradas, até a terça-feira da semana passada, 364 mil armas de circulação. Na Austrália, em campanha semelhante, comparou Renan, foram recolhidas apenas 60 mil armas. O presidente do Senado atribui o resultado à crescente conscientização dos brasileiros de que o mercado da venda de armas de fogo não pode continuar.

- Não dá mais para conviver com isso - declarou.

A campanha de recolhimento de armas, feita pela Polícia Federal, teve a participação de igrejas e

ONGs (organizações não-governamentais) e deveria terminar na quinta-feira - um ano após seu lançamento. Alcançou quase o dobro do resultado esperado, tanto que os R\$ 30 milhões em recursos inicialmente destinados para indenização das armas recolhidas tiveram reforço de mais R\$ 20 milhões depois que a campanha foi pela primeira vez prorrogada, em janeiro. Quem entregava uma arma recebia compensação entre R\$ 100 e R\$ 300, dependendo do calibre.

A Polícia Federal assinou convênios com secretarias estaduais de Segurança Pública para a montagem de postos de recebimento de armas nas polícias Civil e Militar, estendidos também às guardas municipais.

Desde 1979, mais de 550 mil pessoas morreram vítimas de armas de fogo no Brasil.

Em 24 anos de guerra civil na Guatemala, morreram 400 mil pessoas. Nos conflitos entre judeus e palestinos, desde 1947, morreram 125 mil pessoas. Desde 1979, o número de vítimas de armas de fogo no país aumentou 461,2%, enquanto a população cresceu 51,8%. O total de homicídios com armas de fogo hoje é cinco vezes maior do que há 25 anos.

Estudo mostra que 44,1% das mortes de jovens no Brasil são por ferimento a bala. As armas de fogo são a terceira maior causa de óbitos

entre a população em geral e a segunda entre os jovens, superando acidentes de carro, suicídios, doenças cardiovasculares ou respiratórias e a Aids, somados!

Em seis dos 57 países do estudo da Unesco, a mortalidade por armas de fogo supera a causada por acidentes de transporte: no Brasil, em quatro de seus vizinhos (Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e em Porto Rico.

O Brasil tem uma taxa de mortes por armas de fogo duas vezes maior que a dos Estados Unidos, onde há pouco controle. A taxa brasileira é em média 20 vezes maior que a do Japão, Coreia ou Hong Kong.

Evolução das mortes por armas de fogo no Brasil

Ano	Total de mortes	Por armas de fogo	%	Mortes de jovens	Por armas de fogo	%
1979	711.742	6.993	1,0	28.018	2.208	7,9
1984	809.825	12.578	1,6	35.081	4.135	11,8
1989	815.774	20.440	2,5	40.411	7.672	19,0
1994	887.594	24.318	2,7	41.566	8.845	21,3
1999	938.658	31.198	3,3	44.712	12.264	27,4
2003	1.001.475	39.284	3,9	47.577	16.345	34,4

Fonte: *Mortes Matadas por Armas de Fogo no Brasil*, Edições Unesco, junho de 2005, com base em informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

AGRICULTURA Protesto de produtores fechou ruas em Brasília; pedidos foram acatados parcialmente

"Tratoração" cobra soluções do governo

O clima tenso no campo transferiu-se para a Esplanada dos Ministérios nos três dias de manifestações de produtores rurais em Brasília semana passada. Cerca de 20 mil agricultores de 12 estados, com três mil tratores, máquinas agrícolas e caminhões fizeram o "Tratoração", movimento realizado para cobrar do governo medidas para a solução da crise agrícola.

Na quarta-feira, sem que houvesse sinalização do governo para as reivindicações da categoria, alguns produtores ameaçaram invadir

o Congresso, mas foram demovidos por uma comissão de senadores designada pelo presidente Renan Calheiros.

Coordenada por Jonas Pinheiro (PFL-MT), a comissão – formada pelos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Heloísa Helena (PSOL-AL), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Maguito Vilela (PMDB-GO), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Leonel Pavan (PSDB-SC) – ouviu os manifestantes e repercutiu os problemas no Plenário do Senado.

Os produtores pediram a renegociação das dívidas, autorização para compras de insumos e máquinas a prazo, adoção do seguro rural, proibição da importação de produtos agrícolas, cancelamento das execuções, ajuste do preço do arroz e recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura, atingido pelo contingenciamento do governo federal.

Organizado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), o "Tratoração" rendeu alguns frutos. O governo prometeu liberar R\$ 3 bilhões, por

meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para refinar dívidas do crédito rural.

Os produtores do Rio Grande do Sul, fortemente castigados pela seca, serão atendidos com R\$ 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O ministro Roberto Rodrigues disse que o governo também irá facilitar a importação de insumos agrícolas de países do Mercosul. A bancada ruralista diz não estar satisfeita com o "pouco" assinalado pelo governo e promete dar continuidade às cobranças do setor.

Senadores se empenharam por solução negociada

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), informou que ele, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP) e o senador Sérgio Guerra levaram ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, o apoio do Senado para ajudar nas negociações com os produtores rurais.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, registrou a presença de vários deputados federais "que convergem na defesa do agronegócio e do campo brasileiros", entre eles os deputados Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Eduardo Sciarra, Waldemir Moka e o presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara, Ronaldo Caiado.

Caiado disse que não viu avanços nas negociações com o governo Lula e temia que a área econômica do governo voltasse atrás na garantia de liberação dos R\$ 3 bilhões.

GERALDO MAGELA



Tratores e produtores ocuparam a Esplanada: reivindicações foram atendidas parcialmente, com a ajuda do Congresso

Pavan: recordes de produção têm alto preço para produtor

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou que as informações que chegam ao público sobre o setor rural estão distorcidas. Os agricultores, frisou, "não estão ganhando rios de dinheiro" e adotam tecnologia de Primeiro Mundo a um custo muito elevado.

– Não se informa que esse sucesso todo ocorre às custas do endividamento do produtor rural – disse o senador.

Tebet sugere ao governo maior sensibilidade

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu ao governo federal que adote uma política capaz de minorar a crise do campo e mostre sensibilidade para encontrar uma resposta aos cerca de 20 mil produtores que vieram a Brasília.

– Essa marcha democrática e pacífica é mais eloqüente que qualquer discurso para traduzir a necessidade de o Brasil solucionar a mais grave crise da agricultura – afirmou.

PERDAS - O "Tratoração" levou o senador César Borges (PFL-BA) a pedir maior atenção do governo para as reivindicações do setor. Segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a quebra na safra 2004/2005 chegou a 18,2 milhões de toneladas.

– A crise é grave e é preciso que o governo saia da posição de imobilismo – cobrou.

RISCO - O senador Edison Lobão (PFL-MA) alertou para a possibilidade de haver uma queda de produtividade, suficiente, em sua opinião, para desorganizar a produção rural por até cinco anos. – É preciso lembrar a fundamental importância da agropecuária para a economia brasileira, um setor que emprega 37% dos trabalhadores brasileiros, exporta mais de 40% do total das exportações e é responsável por 33% da renda nacional – observou.

CRISE - Se o governo não resolver a crise que afeta os agricultores, a economia como um todo será afetada de forma drástica, alertou o senador Osmar Dias (PDT-PR), para quem percebe-se o tamanho da crise pela grandiosidade da manifestação.

– Venho alertando desde janeiro para a crise e aconselhando o governo a tomar medidas preventivas, mas o mercado foi se deteriorando por fatores internos e externos, que podiam ser evitados – afirmou.

ALERTAS - Ao expressar seu apoio aos agricultores, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu uma solução negociada para o impasse. – A agricultura brasileira nunca passou por uma fase tão negra. Alertei inúmeras vezes os ministros, falei com o ministro Antonio Palocci [da Fazenda], com o ministro Roberto Rodrigues [da Agricultura] e outras pessoas próximas ao presidente Lula sobre a necessidade de atender as reivindicações dos agricultores – revelou o senador.

Projeto dá preferência ao pequeno produtor

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou na quarta-feira, por unanimidade, substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) a projeto do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que dá preferência aos pequenos produtores rurais nas compras do governo para programas de distribuição de alimentos – como o Fome Zero – e para a merenda escolar. Os gêneros alimentícios serão adquiridos junto aos produtores da região onde serão distribuídos, para estimular a agricultura local.

Segundo os senadores, a proposta abre um novo caminho para micros e pequenos ruralistas que terão garantida a venda de

seus produtos. O projeto recebeu decisão terminativa.

Para Delcídio, a proposta (PLS 36/03) representa o que chamou de "sólido instrumento de fixação do homem no campo, evitando-se assim o êxodo rural, ao mesmo tempo em que assegura o sucesso das ações de assentamento rural e as políticas de reforma agrária".

Na mesma reunião, a CRA aprovou substitutivo do senador Gerson Camata (PMDB-ES) a projeto (PLS 141/99) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que proíbe a penhora de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas dos produtores rurais, com algumas exceções.

Guerra vê ausência de sintonia entre governo e agricultores

O presidente da CRA, senador Sérgio Guerra, denunciou a ausência de sintonia entre o setor rural e o governo. Ele lembrou que a agricultura, principal responsável pelo equilíbrio da balança comercial brasileira, deve ter as suas aspirações atendidas pelas autoridades.

Na abertura da reunião da

comissão – no mesmo dia do protesto que reuniu na Esplanada dos Ministérios cerca de três mil tratores e máquinas agrícolas, com apoio de 20 mil produtores rurais –, Guerra disse que a manifestação demonstra o vigor do setor rural brasileiro diante do que classificou de "contundente crise da produção nacional".



Com megafone, Eduardo Suplicy (ao lado de Sérgio Guerra) dirige-se aos manifestantes que cercavam o prédio do Congresso

MARCIA KALUNE

RESPEITO - O senador Sibá Machado (PT-AC) considerou justa a manifestação dos produtores e disse que seus integrantes devem ser tratados com respeito. – Com certeza encontraremos um caminho salutar, porque o presidente da República não pode fazer pirotecnia para vender uma imagem que não existe, dizendo que está tudo bem e que vai assinar tudo o que quiser, porque, assim, estaria sendo irresponsável no comando da nação – avaliou.

RECONHECIMENTO - O senador Aelton Freitas (PL-MG) disse que os produtores rurais vieram a Brasília em busca do "justo reconhecimento" do governo para a crise pela qual passaram os estados atingidos por problemas climáticos, baixos preços de comercialização, concorrência desleal, endividamento, falta de crédito e câmbio desfavorável. – Seria injusto e um grave erro político ignorar o apelo deste setor, que vem sustentando a economia nacional nas últimas décadas – afirmou Aelton.

TRANSPORTES Senado inicia série de debates sobre a realidade do país em busca de saídas para o desenvolvimento

Apagão logístico ameaça crescimento

O medo de um possível "apagão logístico" preocupa os setores de transporte e de produção, que vêm a limitação operacional, o mau estado de conservação dos modais e o escasso investimento público como impeditivos reais para o crescimento econômico. Esse foi o pano de fundo da inauguração do fórum Senado Debate Brasil, que pretende discutir grandes temas nacionais a cada dois meses.

"Transporte: Entraves e Perspectivas", primeiro assunto em debate, foi escolhido devido às reais dificuldades de um setor que, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, "é o item nuclear de qualquer política de desenvolvimento".

Há 15 anos, os investimentos em transporte oscilam entre apenas 0,09% e 0,28% do produto interno bruto (PIB), mas os custos de logística flutuam entre 16% e 20% deste indicador. Os maiores problemas concentram-se nas rodovias federais. De acordo com números do Ministério dos Transportes, dos 58 mil quilômetros de vias pavimentadas, 40% estão em mau estado e 30% em estado regular.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que o derrame de grãos nas estradas devido às péssimas condições do asfalto provoca perdas de R\$ 2,7 bilhões a cada safra, "mais do que os R\$



2,2 bilhões gastos em investimentos nas estradas pela União o ano passado". Em Plenário, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) voltou a propor a criação, pelo governo federal, de uma câmara de gestão para recuperar as estradas brasileiras, à semelhança do projeto instituído por ocasião da crise energética ocorrida no governo Fernando Henrique Cardoso.

Nos transportes aquaviário e ferroviário, os problemas estão sendo em parte minimizados pelos investimentos feitos pelo setor privado.

Infra-estrutura não segue crescimento

Na palestra "Visão do Poder Legislativo sobre Transportes", o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) enfatizou que "a recorrente crise fiscal que há mais de duas décadas afeta estados e municípios inibiu a realização dos investimentos necessários para dotar o país de uma adequada infra-estrutura de transportes".

Heráclito reclamou ainda a aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), tributo cobrado sobre combustíveis desde 2002. Segundo ele, em 2004 foram arrecadados cerca de R\$ 7 bilhões, mas nada foi liberado para aplicação na recuperação das rodovias: "O Executivo está prote-lendo a solução dos problemas".

Portos brasileiros estão no limite e ainda falta política para o setor

Com o crescimento anual médio de 15% a 20% no movimento de contêineres, a capacidade operacional dos portos brasileiros aproxima-se do limite. A previsão é de que em 2010 sejam movimentados 7 milhões de unidades, o dobro da quantidade atual.

– Pelo setor portuário passam 600 milhões de toneladas por ano e, desde o segundo mandato de Fernando Henrique, não há um norte para a política portuária – afirma Willen Mantelli, da Associação Brasileira de Terminais Portuários. Ele enfatiza que, em valor, 81% das exportações saem dos portos para os mercados importadores. "Para atender a esse crescimento é preciso ampliar os portos que existem e melhorar os acessos até eles", afirmou.

Os 35 portos brasileiros suportaram o aumento das movimentações nos últimos dois anos, mas é preciso cuidar para que, a curto e médio prazos, não haja graves

problemas de operações, disse o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Carlos Alberto Nóbrega.

A Lei dos Portos (nº 8.630/93), que permitiu ao Estado a concessão de exploração de portos pela iniciativa privada, propiciou grande avanço para o setor, inclusive à parte que continuou sob administração pública, segundo Nóbrega.

Para o diretor, muito se perde quando a carga é transferida de um segmento para o outro.

– É preciso que haja uma rede troncal intermodal, de forma a criar maior interação entre hidrovia, rodovia e ferrovia.

Conforme Nóbrega, os principais entraves do setor hidroviário brasileiro são o baixo investimento em infra-estrutura e a legislação inadequada, por separar o poder de outorga das concessões (Ministério dos Transportes) do poder de fiscalização (Antaq).



Portos escoam 81% dos produtos exportados: até 2010, número de contêineres pode passar para 7 milhões por ano, o dobro do atual

Déficit de investimentos nas rodovias chega a R\$ 8 bi

A deterioração das rodovias nos últimos anos, idade média das estradas brasileiras, gera custos adicionais de R\$ 500 milhões por ano para recuperação. O déficit de investimento nas estradas federais chega a R\$ 8 bilhões, de acordo com levantamento do Ministério dos Transportes.

– Houve uma grande concentração de investimentos nas décadas de 70 e 80, época da construção das rodovias. A partir da década de 90 iniciou-se a redução de gastos na malha – assinalou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos.

As metas ministeriais, informou, são o atendimento da demanda pelo crescimento de diversos setores, a redução dos níveis de ineficiência (acidentes, tempo de viagem e custos de transporte), a estruturação dos corredores estratégicos e a maior participação dos modais hidroviário e ferroviário.

Segundo o secretário, o governo deverá aplicar R\$ 1 bilhão em manutenção das rodovias

este ano.

– Há cerca de R\$ 3,8 bilhões de recursos disponíveis no Orçamento, mas desejamos ampliar esses valores ainda mais até o final do exercício – disse Passos.

Segundo ele, é preciso implantar uma política de descentralização administrativa, em que os estados assumam as rodovias de interesses locais ou regionais.

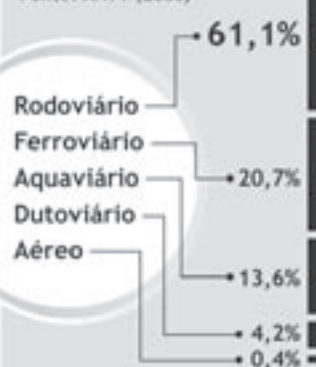
Outra proposta é avançar nas parcerias, especialmente com o setor privado. Em agosto serão lançados os editais de oito lotes, a maior parte nas regiões Sul e Sudeste, para a concessão de rodovias federais à iniciativa privada.

Para 2005, estão sendo propostas a recuperação de 14 mil quilômetros, a adequação de capacidade e duplicação de sete rodovias, a construção de novas estradas em cinco estados e a realização de integração continental por meio da instalação de pontes internacionais.

Para o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, é preciso concentrar esforços em projetos estruturais de forma a evitar os gargalos. O secretário reconheceu que a incerteza fiscal interfere nos juros de médio prazo e atemoriza os que desejam investir. Como estratégias, Levy considera importantes ações como a redução do grau de rigidez orçamentária e a utilização de mecanismos para acelerar a transformação do setor, com o desenvolvimento do Projeto Piloto, das concessões e das parcerias público-privadas (PPPs).

Participação das matrizes de transporte de cargas no Brasil

Fonte: ANTT (2005)



Ferrovias vivem período de forte recuperação

Depois de anos sucateadas, as ferrovias ganharam fôlego – com grande investimento da iniciativa privada – e estão em processo de expansão. Além dos atuais 28,6 mil quilômetros, está projetada a construção de mais 5,4 mil.

Segundo o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Alexandre Rezende, após a criação da agência reguladora o setor passou por reestruturação, com aporte de capital, recuperação operacional das malhas, incorporação e desincorporação de trechos e interligação com outros modais, entre outras mudanças. O aumento das toneladas transportadas chegou a 12,6% no período 2003/2004.

No período de 1997 a 2004, a União investiu R\$ 500 milhões, contra R\$ 6 bilhões das concessionárias, comparou o diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários, Rodrigo Vilaça. "É preciso haver maior participação do governo, que destina quantias muito pequenas para as ferrovias", reclama Vilaça.

Evolução dos investimentos da União

Subsetor	Realizado (Em R\$ mil)				
	2000	2001	2002	2003	2004
Rodoviário	1.840.281	2.310.072	1.653.570	712.450	960.038
Portuário	179.028	180.811	133.639	44.718	172.770
Ferrovário	59.812	70.909	72.185	34.805	69.138
Marinha Mercante	186.627	150.960	298.649	611.742	696.126
Hidroviário Interior	70.239	103.805	50.151	7.255	37.016

Fonte: SPO/MT

COMISSÕES

Creches mais perto de assentamentos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou três projetos de lei. Um deles (PLS 217/01), do então senador Luiz Pontes, determina a construção de creches em assentamentos rurais; outro dispõe sobre inscrições em braile em embalagens de medicamentos; o terceiro amplia o alcance da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). A comissão rejeitou projeto que permitia a menores de 16 anos dirigir automóveis com o acompanhamento de um responsável.

O PLS 217 exige que o órgão federal executor da reforma agrária inclua construção de creches nas ações de implantação da infra-estrutura comunitária dos assentamentos rurais.

Em seu parecer favorável, o senador Jonas Pinheiro (PFL-

MT) acrescentou emendas determinando que a prefeitura assine convênio para a manutenção do estabelecimento de educação infantil, bem como sua incorporação à rede de ensino municipal. Aprovado na CDH, o projeto segue para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Amparo social para os moradores de rua

A comissão acolheu projeto de lei da Câmara que acrescenta dispositivo à Loas para incluir atendimento a pessoas que vivem nas ruas, viabilizando seu acesso aos serviços públicos de saúde, educação, moradia, geração de empregos e amparo material e humano.

O projeto (PLC 80/04), do deputado Henrique Afonso, recebeu parecer favorável da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO),

que considerou a proposta relevante para diminuir a exclusão social no Brasil.

A CDH aprovou também outro projeto (PLC 54/01) da Câmara exigindo inscrições em braile em embalagens de medicamentos. O relator do projeto, senador Flávio Arns (PT-PR), apresentou parecer favorável na forma de substitutivo para incluir a exigência na Lei de Vigilância Sanitária de Medicamentos.

No substitutivo, Flávio Arns especificou que os medicamentos, para serem comercializados no país, precisarão conter o nome do produto e a data de validade inscritos em braile nos respectivos rótulos. O projeto estabelece prazo de um ano depois da aprovação da lei para a entrada em vigor das exigências.



Jonas Pinheiro apresentou emenda para permitir que prefeituras possam, por meio de convênios, assegurar a educação infantil

Ampliar comércio com a Europa, prioridade da futura embaixadora

A reativação das negociações para a realização de acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia foi apontada pela embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues como prioridade na sua missão de representante permanente do Brasil junto à Comunidade Européia. Sua indicação para o cargo recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e foi aprovada pelo Plenário.

Ela observou que a Europa já recebe 31% das exportações brasileiras e que o superávit do Brasil no comércio com a União Européia encontra-se atualmente na casa de US\$ 8 bilhões. Mesmo assim, advertiu que a América Latina não está entre as prioridades européias, que vive uma crise política após a vitória do "não" no plebiscito francês a respeito da nova Constituição européia.

Também receberam pareceres favoráveis na comissão e, posteriormente, foram aprovados pelo Plenário os seguintes diplomatas: Sérgio França Daneze, junto à República Argélia Democrática e Popular; Flávio Roberto Bonzanini, República Democrática do Congo; Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Suriname; Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, Angola; Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa, Filipinas; João Batista Cruz, Guiné-Bissau; Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, Trinidad e Tobago; Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, junto à Unesco; Clodoaldo Hugueneu Filho, delegado permanente em Genebra; Edmundo Sussumu Fujita, Indonésia; Luiz Augusto de Castro Neves, Mongólia, cumulativamente com a China; Frederico Cezar de Araújo, além da Austrália, que já exerce, Vanuatu.



Embaixadora Maria Celina, ao lado do senador Eduardo Azevedo: Mercosul pode ajudar na ampliação das exportações



Hélio Costa (ao lado de Marcelo Crivella): Globo realizou ampla pesquisa para produzir América

Deborah Secco e Glória Perez em CPI

A autora da novela *América*, Glória Perez, e a atriz Deborah Secco serão convidadas a participar de audiência pública da CPI Mista da Emigração Ilegal. A comissão aprovou requerimento nesse sentido e também definiu o roteiro inicial de seus trabalhos.

– A audiência será da maior importância, porque pesquisa de quase um ano foi feita para que se produzisse a novela, que é uma descrição do momento atual, que é da diáspora brasileira. Estamos perdendo nossos jovens, que vêm sendo iludidos pela idéia de que, indo para os Estados Unidos, poderão se realizar economicamente – disse o presidente da comissão, senador Hélio Costa (PMDB-MG).

O relator da CPI, deputado João Magno (PT-MG), elogiou o “papel conscientizador” da novela. O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) observou que mais de 20 mil brasileiros estão presos nos Estados Unidos, problema para o qual contribuiu, a seu ver, o estado atual da economia brasileira, “que não cresce e não gera emprego”.

A CPI aprovou igualmente pré-roteiro de trabalho elaborado pelo relator. Entre os objetivos apontados pelo deputado João Magno, estão os de investigar delitos provocados pelos agenciadores de emigrantes conhecidos como “coiotes”, promover o resgate dos direitos dos brasileiros no exterior e modernizar a legis-

lação e os serviços consulares.

Por iniciativa de Crivella, também será objetivo da comissão a busca de acordo com o governo norte-americano para aumentar o número de vistos oferecidos a brasileiros que buscam entrar legalmente nos Estados Unidos.

Outra meta, esta proposta por Hélio Costa, será a de investigar a situação de estrangeiros ilegais no Brasil, que estariam sendo submetidos a tratamento desumano.

A comissão de inquérito deverá promover audiências públicas em localidades onde há forte emigração, como Governador Valadares (MG), além de ouvir testemunhas e vítimas da rede de “coiotes”.



Projeto de Fátima Cleide amplia competência da Comissão de Educação, que também irá analisar Ciência e Tecnologia

Educação vai tratar de robótica e clonagem

Informática, robótica, biotecnologia, clonagem e pesquisa aeroespacial deverão passar a integrar formalmente a lista de temas analisados pela Comissão de Educação (CE). A medida consta do Projeto de Resolução 62/03, da senadora Fátima Cleide (PT-RO), que teve parecer favorável aprovado. A proposta segue agora para exame do Plenário.

A comissão aprovou substitutivo do relator Sérgio Cabral

(PMDB-RJ). No lugar da criação de uma comissão de Ciência e Tecnologia, conforme a proposta inicial, ele optou por incluir os novos temas entre as competências do colegiado, que passa a se chamar Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esporte. A sigla CE, pela qual a comissão já é conhecida, será mantida.

Ao justificar sua opção, Cabral observou que a retirada dos no-

vos temas da área de abrangência da CE acabaria por esvaziar as suas atribuições. Ele anunciou que a modificação estabelecida em seu substitutivo conta com a concordância de Fátima Cleide.

A Comissão acolheu, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado 85/05, do senador Augusto Botelho (PDT-RR), que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal Rural de Roraima.

PLENÁRIO



Tião Viana (D), relator da reforma da Previdência de 2003, defende aprovação da PEC Paralela, criada para amenizar efeitos do texto original sobre os servidores

PEC Paralela será promulgada na terça

Um acordo partidário firmado na quinta-feira permitiu que o Plenário aprovasse, algumas horas depois, a chamada Proposta de Emenda Constitucional Paralela da Previdência (PEC 77A/03), que restituiu alguns benefícios dos aposentados do serviço público retirados pela reforma da Previdência de dezembro de 2003. O principal deles é a volta da paridade salarial dos futuros aposentados, ou seja, reajustes salariais idênticos aos concedidos aos funcionários da ativa.

Os senadores, no entanto, não aceitaram uma mudança feita pelos deputados no artigo que trata dos subtotos salariais pagos pelos governos estaduais e pelas prefeituras. Os deputados queriam mudar a vinculação das remunerações de delegados de polícia, advogados e fiscais tributários estaduais, estipulada pelos senadores ao subteto do governador, para o subteto do Judiciário, geralmente mais elevado. Como os senadores não aceitaram a mudança dos deputados, a parte dos subtotos voltará a tramitar na Câmara, sob a forma de nova proposta de emenda constitucional.

A maior parte da PEC Paralela

não foi alterada pelos senadores e, assim, será promulgada pelas mesas do Senado e da Câmara nesta terça-feira.

O relator da PEC Paralela, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), propôs que os senadores aceitassem 14 dos 19 pontos da PEC Paralela (que recebeu esta denominação porque tramitou paralelamente à reforma da Previdência do governo Lula). Tourinho sugeriu três modificações de texto, incorporadas à nova proposta de mudança constitucional. Dois pontos foram suprimidos.

Na quarta-feira, um debate

de quatro horas terminou sem votação, porque uma parte dos senadores queria manter os advogados, delegados e agentes fiscais no subteto estadual do Judiciário. Não foi isso que manifestaram 22 dos 27 governadores ao relator, para os quais a mudança iria afetar substancialmente as finanças estaduais, podendo levá-los a ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A PEC Paralela foi imaginada pelo então relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (PT-AC), para restituir aos servidores públicos alguns benefícios tirados pelo projeto principal.



Tourinho, relator, e Paulo Paim, defensor da PEC Paralela: emoção e alívio com a aprovação da emenda

Senadores tentaram incluir subtotos no texto aprovado

A polêmica marcou a discussão da PEC Paralela no Plenário. Alguns senadores governistas e oposicionistas se uniram em torno da manutenção de emenda aprovada pela Câmara, mas excluída do parecer, que estendia o subteto de até 90,25% do vencimento do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) – que já vale hoje para desembargadores – aos policiais, defensores públicos e auditores fiscais estaduais.

A defesa foi aberta pelos pefelistas Romeu Tuma (SP) e Edison Lobão (MA), seguidos pelos senadores Leonel Pavan (PSDB-SC) e Geraldo Mesquita (PSOL-AL). Tuma chegou a apresentar destaque para incorporá-la novamente ao texto da PEC 77-A/03.

Outros senadores declararam apoio ao subteto, como Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), Ramez Tebet (PMDB-MS), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Heloísa Helena (PT-AL), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Líderes destacam amplo entendimento partidário

Líderes de todos os partidos aplaudiram o entendimento que resultou na aprovação da parte principal da PEC Paralela. Eles ressaltaram que o texto a ser encaminhado à promulgação representa o que há de mais importante na iniciativa.

– O texto restituiu o fundamental do acordo feito anteriormente nesta Casa. Temos compromisso com tudo que está na PEC Paralela que saiu do Senado e veio da Câmara – anunciou o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), pouco antes da votação.

Segundo o líder do PFL, José Agripino (RN), o texto aprovado contém 90% do acordo celebrado no ano passado e “melhorias” em relação à reforma da Previdência, como uma regra de transição “mais justa”. Com argumentos semelhantes, o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), afirmou que a PEC Paralela “repara algumas injustiças”, sem impor ao governo grandes perdas.

Líder do PSOL, a senadora

Heloísa Helena (AL) também elogiou a proposta aprovada. A seu ver, o texto “minimiza o ultraje feito contra trabalhadores do setor público”. O líder do PDT, Osmar Dias (PR), anunciou igualmente seu voto favorável, lamentando apenas que a Câmara tenha demorado tanto a enviar a proposta de volta ao Senado. Por sua vez, o senador Marcelo Crivella (RJ), líder do PL, preferiu ressaltar os “avanços” da PEC Paralela durante sua tramitação na Câmara.

Os líderes do PMDB, Ney Suassuna (PB), e do PTB, Mozarildo Cavalcanti (RR), registraram o compromisso de todos os partidos com a aprovação da matéria.

O líder do PT, Delcídio Amaral (MS), lembrou as contribuições feitas durante a discussão da proposta por parte dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Tião Viana (PT-AC) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Essas colaborações também foram destacadas por José Sarney (PMDB-AP) e Ideli Salvatti (PT-SC).

O QUE FOI APROVADO NO SENADO

As contribuições sociais pagas pelas empresas poderão ter alíquotas diferenciadas conforme o porte da companhia ou de acordo com a “condição estrutural do mercado de trabalho”. A lei já permite diferenciação com base na atividade econômica ou utilização intensiva de mão-de-obra.

Atuais servidores também receberão os mesmos reajustes dos ativos no dia em que se aposentarem (paridade). A reforma aprovada em 2003 havia retirado o benefício. No entanto, os pensionistas desses aposentados não terão a paridade, que consta da nova PEC, que terá ainda de ser votada pela Câmara.

Quem chegou ao serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aproveitar um novo sistema de transição, pelo qual se diminui um ano na idade de 55/60 anos (mulher/homem) para cada ano de serviço que ultrapassar 30/35 anos. No entanto, só pode se beneficiar a pessoa que tiver no mínimo 25 anos de serviço público, sendo 15 na carreira e cinco anos no último cargo.

Para os outros servidores, continuam as três exigências previstas na Constituição: idade mínima de 55/60 anos (mulher/homem), tempo de contribuição de 30/35 anos e tempo mínimo de serviço público de 20 anos, sendo dez anos na carreira e cinco no último cargo. Novos servidores só terão direito a aposentadoria até o máximo permitido no INSS (R\$ 2.508,72), mas eles poderão participar de um fundo de previdência complementar, a ser criado.

Portadores de deficiência poderão ter requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadoria no serviço público. No entanto, isso só ocorrerá após a aprovação de uma lei complementar.

Portadores de doenças incapacitantes que recebem até o dobro do teto pago pelo INSS (R\$ 5.017,44) terão isenção de contribuição previdenciária. Os aposentados em geral só pagam contribuição sobre o que excede o teto do INSS.

Lei regulamentará um sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda e para as donas-de-casa.

O QUE SERÁ ENVIADO À CÂMARA

A nova emenda constitucional, oriunda dos itens da PEC Paralela rejeitados pelo Senado, propõe novamente a criação dos subtotos nos estados e municípios. Como os deputados haviam acrescentado os delegados, advogados e fiscais tributários no subteto do Judiciário, retirando-os do subteto do governador, o relator cortou esta parte e manteve o texto original da PEC Paralela. Por causa da modificação, todo o texto que trata de subtotos volta à Câmara.

Pelo texto da nova PEC, no Executivo estadual o subteto será o salário do governador. No Judiciário estadual, o subteto será o salário do desembargador, o qual, por sua vez, equivale a 90,25% do salário de ministro do STF. No Legislativo estadual, o subteto será o salário do deputado estadual. No município, o do prefeito. Detalhe: o salário do governador não poderá exceder o do desembargador.

A nova emenda determina que os pensionistas terão a paridade, ou seja, seus vencimentos subirão toda vez que aumentar o salário do funcionalismo ou dos colegas onde trabalhava o servidor. A PEC Paralela original tinha esse reajuste, eliminado pelos deputados. Agora, propõem-se à Câmara o retorno do benefício.

Quem se tornou aposentado ou pensionista a partir de 30 de dezembro de 2003, e é portador de doença incapacitante, também terá de pagar contribuição previdenciária de 11%, mas apenas sobre o que ultrapassar R\$ 5.017,44. A cobrança será retroativa ao dia em que foi concedido o benefício.

PLENÁRIO

Aprovados recursos para tropas no Haiti

O Senado aprovou na última terça-feira a medida provisória (MP 241/05) que abre crédito extraordinário de quase R\$ 300 milhões para o custeio das tropas brasileiras no Haiti, para ajuda financeira aos países asiáticos atingidos pelo tsunami no fim de 2004 e para remunerar bancos por serviços de intermediação financeira prestados ao governo.

Foi acolhida a MP original, sem as emendas feitas pela Câmara dos Deputados, como recomendou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) em seu voto. Com a rejeição das emendas, a matéria retorna à Câmara.

Acordo prevê recursos para Nordeste e Sul

Senadores oposicionistas vinham obstruindo a votação por considerarem incoerente destinar recursos públicos a outros países e não socorrer as vítimas das enchentes no Nordeste e da seca no Sul. Em reunião com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e vários parlamentares da oposição, ficou

acertado que o Senado votaria a matéria e o governo liberaria recursos para atender os estados mais castigados por inundações ou seca. De acordo com o líder do PFL, José Agripino (RN), Palocci também teria concordado em liberar recursos para as obras dos metrô de Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e Recife, a serem incluídas no acerto entre o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que permite excluir gastos com infra-estrutura do cálculo do superávit primário.

Apesar do acordo, vários senadores criticaram a MP. José Jorge (PFL-PE), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Efraim Morais (PFL-PB) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) admitiram as motivações humanitárias de ajudar as vítimas do maremoto na Ásia, mas salientaram a necessidade de recursos para o Nordeste. Heloísa Helena (PSOL-AL) e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) declararam preferir o

retorno e não a manutenção das tropas brasileiras no Haiti e, assim como Mão Santa (PMDB-PI), protestaram contra os recursos destinados ao sistema financeiro. César Borges (PFL-BA) observou que a MP destina mais de R\$ 200 milhões para remuneração dos bancos, o que, a seu ver, não tem urgência nem relevância. Alvaro Dias (PSDB-PR) apontou que a operação no Haiti já custou aos cofres públicos o dobro do previsto. A MP destina R\$ 85,5 milhões à missão de paz naquele país e pouco mais de R\$ 5 milhões para os países atingidos pelo tsunami.



ROOSEVELT PINHEIRO

Maguito Vilela votou pela rejeição das emendas feitas pela Câmara à MP 241

Governo é autorizado a contrair empréstimo de US\$ 38,6 milhões

O Senado deliberou sobre o Projeto de Resolução (PRS 58/05) que autoriza o governo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 38,6 milhões. O empréstimo destina-se a financiar parte do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex).

Também foi acolhido projeto de lei (PLC 26/05) que inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no *Livro dos Heróis da Pátria*. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator do parecer favorável na Comissão



Tuma: inclusão do nome de José Bonifácio no Livro dos Heróis da Pátria é justa

de Educação, defendeu a aprovação por considerar a homenagem "justa e correta" a quem é conhecido como o Patriarca da

Independência.

O Plenário aprovou ainda requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) realização de auditoria sobre a utilização do cartão de crédito corporativo por parte dos servidores da administração federal.

Requerimento que solicita ao TCU esclarecimento sobre o coeficiente de participação de Macapá (AP) no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nos exercícios de 2004 e 2005, de autoria do senador Papaléo Paes (PMDB-AP), também foi aprovado.

Acolhida convenção contra terrorismo

O projeto de decreto legislativo (PDC 129/05) sobre acordo de cooperação entre Brasil e França para utilização pacífica da energia nuclear foi aprovado pelo Senado. Celebrado em outubro de 2002, em Paris, o acordo visa dinamizar a pesquisa com energia nuclear nos campos da medicina, agronomia, biologia, indústria e geração de eletricidade.

Foi acolhido ainda outro projeto de decreto legislativo (PDC 132/05) com o texto da convenção internacional para supressão do financiamento do terrorismo, adotada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 1999 e assinada pelo Brasil em novembro de

2001. O documento complementa a rede de instrumentos existentes e já ratificados pelo Brasil para prevenção, repressão e eliminação do terrorismo internacional. Os projetos vão agora à promulgação.

Também foi aprovado requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) solicitando o envio de voto de aplauso ao diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Koichiro Matsuura, "em face do brilhante trabalho desenvolvido por aquela organização internacional no Brasil, especialmente pelo seu representante, Jorge Werthein".

Escolhidos membros da Comissão Representativa

O Senado aprovou as indicações da Casa para a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que irá funcionar durante o recesso parlamentar, e o presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou o recebimento das indicações da Câmara dos Deputados. Pelo Senado Federal, irão participar como titulares os senadores Paulo Octávio (PFL-DF) e Alvaro Dias (PSDB-PR), pelo Bloco da Minoria (PFL/PSDB); os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Roberto Saturnino (PT-RJ), pelo Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB); os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Luiz Otávio (PMDB-PA), pelo PMDB; e os senadores Heloísa Helena (PSOL-AL) e Fernando Bezerra (PTB-RN), pelo PDT/PTB/PSOL/PP.

A Comissão Representativa

terá como suplentes, no Senado, os seguintes parlamentares: Demostenes Torres (PFL-GO) e Sérgio Guerra (PSDB-PE), pelo Bloco da Minoria (PFL/PSDB); Ideli Salvatti (PT-SC) e Delcídio Amaral (PT-MS), pelo Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB); e Maguito Vilela (GO) e Papaléo Paes (AP), pelo PMDB. As indicações para a suplência não foram apresentadas pelo PDT/PTB/PSOL/PP até a votação das indicações para a comissão.

A lista encaminhada pela Câmara dos Deputados tem 17 titulares e 17 suplentes na seguinte composição partidária: PT; PMDB; Bloco PFL/Prona; PSDB; PP; PTB; PL; PPS; PSB. As atribuições da comissão serão definidas com base no Regimento Comum do Congresso Nacional.

Congresso institui dia da imigração japonesa

O Plenário aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 73/04) que institui, na data de 18 de junho, o Dia Nacional da Imigração Japonesa. A data foi escolhida porque marca a chegada, em 1908, ao Porto de Santos (SP), do navio *Kasatu Maru*, trazendo os primeiros 781 imigrantes japoneses.

De acordo com o autor da matéria, deputado Hidekazu Takayama (PMDB-PR), na justificativa de seu projeto, a data já é símbolo do relacionamento entre Brasil e Japão, "uma vez que marca o início das relações que se estabeleceram entre os povos dos dois países, há quase um século".

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), em seu parecer fa-



JANE ARAÚJO

Gerson Camata lembra que o Brasil é o país que abriga mais japoneses fora do Japão

vorável na Comissão de Educação (CE), registrou que o Brasil abriga o maior contingente de japoneses e seus descendentes diretos que residem fora do Japão.

Senado aprova indicações de seis autoridades

Várias indicações de autoridades foram aprovadas na última semana. O procurador, jurista e professor Antonio Fernando Barros e Silva e Souza foi referendado para exercer o cargo de procurador-geral da República, com mandato de dois anos, em substituição a Cláudio Lemos Fonteles. O relator do parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), senador Alvaro Dias (PSDB-PR), e os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Osmar Dias (PDT-PR), Flávio Arns (PT-PR), Aloizio Mercadante (PT-SP), Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Edison Lobão (PFL-MA) enaltecem a escolha do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para a chefia do Ministério Público da União.

Também foi aprovado o nome do deputado federal João Augusto Ribeiro Nardes

para integrar o Tribunal de Contas da União, como ministro indicado pela Câmara dos Deputados. Os senadores Mercadante, Arthur Virgílio, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Efraim Morais (PFL-PB), José Agripino (PFL-RN), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Marcelo Crivella (PL-RJ) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestaram satisfação pela escolha.

Para representar o Brasil em missões diplomáticas no exterior, foram aprovadas as indicações de Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho para o cargo de embaixador na Tanzânia; de Luiz Felipe de Seixas Correia para embaixador na Alemanha; e de André Mattoso Maia Amado para embaixador junto ao Japão.

Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques foi reconduzido à diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

COMISSÕES

ACM: nova Sudene ataca desigualdade

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou parecer e substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 59/04) que trata da recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A apresentação aconteceu no auditório da Interlegis (a comunidade virtual do Poder Legislativo brasileiro) e teve a participação, por meio de videoconferência, das assembleias legislativas do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia.

Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Marco Maciel (PFL-PE), Patrícia Saboya (sem partido-CE), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE) também participaram do evento,

promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Pelo substitutivo, a nova Sudene terá como prioridade programas sociais com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil e as taxas de analfabetismo, aumentar a escolaridade e o acesso ao saneamento básico. Com isso, acredita Antonio Carlos, haverá redução das desigualdades regionais do país e o desenvolvimento sustentável do Nordeste. Outros objetivos da agência são a geração de emprego e renda, o processo de interiorização do ensino superior e o fortalecimento da infraestrutura turística.

Proposta altera número de membros de conselho

Uma das principais alterações feitas ao projeto original é a redução do número de integrantes

do Conselho Deliberativo da Sudene, que passa a ter 15 membros permanentes: 11 governadores de estados abrangidos por sua atuação e os ministros da Fazenda, do Planejamento e da Integração Nacional, além do superintendente. Outra proposta de Antonio Carlos é de um banco de investimentos dentro do Banco do Nordeste com o objetivo de viabilizar os investimentos na região. Para o presidente da CDR, Tasso Jereissati, um dos pontos fortes do substitutivo do colega baiano é possibilitar que a Sudene trabalhe o desenvolvimento socioeconômico para a região integrando as áreas de infra-estrutura, educação e saúde.

– O projeto do governo não atendia às aspirações do Nordeste. Fizemos um substitutivo enxuto, sério, e que vai dar resultados para a região. Vamos votar no



Antonio Carlos Magalhães (E), com Tasso Jereissati: “Fizemos um substitutivo enxuto, sério, que vai dar resultados para a região”

máximo até o fim de agosto. Esta nova Sudene não terá os defeitos da antiga e terá modificações que vão transformar o Nordeste – resumiu Antonio Carlos.

Com a videoconferência, a CDR

buscou ouvir as assembleias legislativas sobre o projeto. Elas têm até o final de julho para enviar contribuições. Todos os senadores presentes elogiaram o substitutivo do senador da Bahia.

Audiência pública discute tratamento da fibrose cística

A padronização do atendimento aos portadores da fibrose cística e a realização gratuita do exame de diagnóstico em todo o Brasil foram discutidas na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A audiência pública, solicitada pelo senador Flávio Arns (PT-PR), contou com as presenças de portadores da doença, médicos, representantes do Ministério da Saúde e do Ministério Público Federal e de entidades que estudam e fazem os exames da fibrose cística.

– A fibrose cística deve ser identificada cedo, para que os seus portadores sejam atendidos e suas famílias apoiadas – pleiteou Flávio Arns.

A fibrose cística, também chamada de mucoviscidose, é uma doença hereditária, que pode ser diagnosticada através da chamada triagem neonatal, exame também conhecido como teste do pezinho. No entanto, atualmente, apenas em Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná esse exame é gratuito e

feito obrigatoriamente com todas as crianças nascidas vivas. Nos demais estados, entidades filantrópicas se encarregam do exame e recebem repasses do Ministério da Saúde.

Esse repasse foi considerado insuficiente por representantes de várias entidades que participaram da audiência pública. José Alcides Marton da Silva, presidente da União Brasileira do Serviço de Referência em Triagem Neonatal; Sérgio Henrique Sampaio, presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose (Fibrose Cística); e Neiva Damasceno, representante do Grupo Brasileiro de Estudos da Fibrose Cística, afirmaram que o custo real do exame é aproximadamente R\$ 5,50, mas o Ministério da Saúde paga somente R\$ 5. Além disso, criticaram os atrasos nos repasses e reivindicaram que o governo federal também custeie o exame de confirmação da enfermidade, pois a fibrose cística tem sintomas semelhantes aos de várias outras doenças e sempre é necessário mais de um exame



Presidente da Subcomissão de Saúde, Papaléo Paes também participou da reunião

para identificá-la.

O representante do Ministério da Saúde, José João Lanceiro de Palma, reconheceu a importância de uma política pública de atendimento aos portadores da enfermidade, mas ponderou que é preciso considerar os custos do tratamento e do diagnóstico.

Ao analisar as discussões, Flávio Arns constatou que algumas das questões levantadas poderiam ser resolvidas com decisões burocráticas, como o problema do atraso nos pagamentos dos exames de diagnósticos.

Anvisa examina farmácias de manipulação

A Subcomissão das Agências Reguladoras aprovou requerimento de sua presidente, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que convida o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Cláudio Maierovitch, a participar de audiência pública sobre as novas regras para a produção de remédios pelas farmácias de manipulação. O debate deverá ser realizado no mês de agosto. O requerimento também convida o presidente da



Ana Júlia Carepa

Associação Federal de Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag), Hugo Guedes de Souza, e o presidente do Conselho Federal de Farmácias (CFF), Jaldo de Souza Campos, a participar da audiência na subcomissão, vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O regulamento elaborado pela Anvisa

está disponível para consulta pública até 17 de setembro. Ana Júlia informou que a resolução da Anvisa “fixa os

requisitos mínimos exigidos para a avaliação farmacêutica da prescrição, manipulação, fracionamento, conservação, transporte, dispensa de preparações magistrais e oficinais, alopáticas ou homeopáticas, e de outros produtos de interesse da saúde”. Ela lembrou que as exigências impostas são importantes para aumentar a qualidade dos serviços das farmácias de manipulação, contribuindo para uma maior credibilidade do setor, mas “também é essencial garantir ao consumidor os benefícios e vantagens que o segmento magistral oferece”.

Prefeitos vêm prejuízos com construção de usina

A falta de critérios técnicos para iniciar a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (TO) durante o governo anterior gerou inúmeros problemas relacionados às áreas de meio ambiente, turismo e pesca para os municípios abrangidos pelo empreendimento, inclusive contribuindo para o surgimento de epidemias de doenças, como a dengue, nas terras inundadas.

A constatação foi feita pelos prefeitos das cidades de Palmas, Porto Nacional, Brejinho Nazaré, Ipueiras, Lajeado e Tocantínia, em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), destinada a debater os impactos da construção da hidrelétrica.

Apesar de reconhecerem que a usina tem importância econômica para os municípios, os prefeitos defenderam o aumento das

chamadas compensações financeiras aos municípios atingidos pela construção da usina – que seriam aplicadas em obras destinadas a diminuir os prejuízos, principalmente ambientais.

O presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), autor do requerimento para a realização da reunião, firmou compromisso com os prefeitos de que a CMA irá acompanhar de perto o problema.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Nezinho Alencar (PSB-TO) manifestaram solidariedade aos prefeitos. Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) defendeu maior rigor nos critérios técnicos para construção de usinas hidrelétricas. Ana Júlia Carepa (PT-PA) observou que o país não pode abrir mão da construção de hidrelétricas, já que elas são mais econômicas e geram a chamada “energia limpa”.

Garibaldi sugere fatiar a reforma tributária

Em reunião promovida pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, afirmou ser uma injustiça que os prefeitos não possam ser atendidos em seu pleito de fatiar a reforma tributária, para acelerar a votação do item referente ao aumento de 1% da alíquota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– Acho que devemos ser realistas, pressionar os parlamentares e partir para a aprovação – disse o senador.

No encontro com cerca de 200 prefeitos, no Auditório Petrônio Portela, o secretário de Políticas Econômicas do

Ministério da Fazenda, Bernard Appy, reafirmou que o governo vai colocar a íntegra do texto da reforma para ser votada, em data a ser definida.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, chamou atenção para o risco da polêmica travada pelos governadores em torno das alíquotas do ICMS adiar a votação da reforma para o próximo ano.

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Gilmar Machado (PT-MG), manifestou-se contrário à proposta dos prefeitos, que querem substituir as atuais emendas individuais ao Orçamento por um novo procedimento, capaz de beneficiar a todos os municípios.

COMISSÕES

Tarso Genro destaca a inclusão social na reforma universitária

O ministro da Educação, Tarso Genro, ressaltou aspectos de inclusão social do projeto de reforma universitária. Em audiência pública realizada pela Comissão de Educação (CE) na quarta-feira, ele destacou as cotas para os afrodescendentes, a obrigatoriedade de um terço de vagas no turno noturno e outras formas de ingresso que não o vestibular como maneiras de permitir "maior porosidade social", que têm "alta receptividade pelas camadas menos favorecidas".

O presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), afirmou que o projeto toca em "pontos sensíveis" da educação. Ele destacou o ensino noturno, que torna possível ao trabalhador freqüentar a escola, abrindo a possibilidade a um segmento da sociedade que estava impedido de estudar.

O ministro assinalou que a proposta foi debatida em uma centena de reuniões, seminários e debates, que contaram com a participação de 240 entidades. O texto final deve ser entregue ao presidente da República em 28 de julho.

Outros pontos do projeto apresentados pelo ministro são: exigência de número mínimo de mestres e doutores vinculados às



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

O ministro da Educação, Tarso Genro, diz que formas alternativas de acesso à universidade permitem "maior porosidade social"

universidades; proposta de financiamento que engloba recursos para qualificação profissional; vedação do financiamento de campanhas eleitorais por instituições privadas e suas mantenedoras; e regulamentação das fundações de educação superior.

Genro observou que a integração das universidades deve fomentar o desenvolvimento regional. Serão estimulados consórcios entre União, estados e municípios para expandir o ensino universitário para as cidades do interior.

O ministro falou ainda que a proposta prevê a criação de um conselho para as instituições públicas e uma ouvidoria para as privadas. Tais órgãos devem funcionar como canais para uma aproximação com a sociedade. Genro salientou que a criação desses órgãos, no entanto, gerou crítica por temor de que haja interferência na administração da universidade.

Hélio Costa disse que o texto apresentado por Genro já está quase pronto, pois foram esclarecidos e revistos pontos polêmicos.

Conselho ratifica metas de qualidade para TV paga

O Conselho de Comunicação Social (CCS) aprovou na quinta-feira o Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de Comunicação Eletrônica de Massa por Assinatura, elaborado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O plano, examinado com emendas, fixa metas de qualidade no atendimento aos consumidores para as empresas que vendem serviços de televisão por assinatura – como as de TV a cabo.

As principais normas acolhidas são a fixação de um prazo

máximo de 24 horas para que as empresas de TV deixem de cobrar por seus serviços quando o consumidor solicitar o cancelamento, e um limite de espera do cliente no atendimento telefônico, que deve ser de um minuto.

O representante das TVs por assinatura, Alexandre Annenberg, garantiu que as empresas estão preparadas para implementar as mudanças propostas pela Anatel. Para Daniel Herz, relator do plano no CCS, o atendimento ao assinante deve melhorar muito.

Subcomissão volta a cobrar Estatuto da Igualdade Racial

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse, durante audiência pública da Subcomissão da Igualdade Racial realizada na quinta-feira, que está trabalhando para que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado a tempo de ser promulgado pelo presidente da República até 20 de novembro, data de morte do quilombola Zumbi. Para isso, Paim afirmou que pedirá ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que o estatuto seja colocado em votação o mais breve possível.

O presidente da Fundação Palmares, Ubiratan Castro, ressaltou que essa é a primeira vez que

o Estado incorpora a igualdade racial em sua pauta de questões sociais fundamentais desde a abolição da escravatura. Mas existe, segundo ele, uma ação coordenada contra políticas que beneficiam os negros.

– O estatuto é a nossa carta de alforria pois, com a abolição, não foram concedidos aos negros os direitos de cidadania. O Brasil não pode caminhar em direção à democracia se não resolver as desigualdades resultantes do racismo. É uma das prioridades do governo brasileiro juntamente com o combate a outras desigualdades – disse Ubiratan.

Subcomissão debaterá Lei de Biossegurança

Na última reunião do semestre, realizada na quinta-feira, a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia aprovou dez requerimentos para a realização de audiências públicas, entre eles o de autoria dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) destinado a aprofundar os debates em torno da recém-aprovada Lei de Biossegurança e a avaliar os resultados da implementação da norma sobre organismos geneticamente modificados. O presidente da subcomissão – que funciona no âmbito da Comissão de Educação –, senador Flávio Arns (PT-PR), informou que a aprovação dos requerimentos visa programar os trabalhos do colegiado para o segundo semestre de 2005. Mas as datas das audiências públicas ainda dependem da agenda dos convidados. Outros assuntos que devem ser tratados pela subcomissão no segundo semestre incluem projetos relacionados ao genoma na área da agropecuária; implantação da TV digital no país; desenvolvimento da indústria nacional de *software*; e pesquisas sobre biomassa e semicondutores.

Serys repudia assédio moral contra mulheres

Na abertura de videoconferência realizada na quinta-feira pelo Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – para discutir a questão do assédio moral no ambiente de trabalho, a presidente da comissão temporária do Ano da Mulher Latino-Americana 2005, senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), afirmou que a violência contra mulher também

tem a ver com a humilhação e a imposição da submissão. Segundo a senadora, a mulher é vítima de várias formas de discriminação

e as atitudes violentas não se limitam à agressão física.

– A violência que ocorre no meio doméstico é uma atitude difusora da violência permanente. A partir do momento em que as crianças e os jovens vêem as mulheres da família serem tratadas de forma diferenciada pelos companheiros, a prática se perpetua e eles continuarão a agir da mesma forma com suas companheiras no futuro – analisou.

A senadora destacou que o debate sobre o assédio moral no trabalho poderá aprimorar a legislação atual. E disse que as soluções adotadas pela Justiça brasileira poderão ser compartilhadas pelo Legislativo dos demais países latino-americanos.

Promovida pela comissão e transmitida simultaneamente para dez assembleias legislativas estaduais, a videoconferência foi aberta pelo diretor-geral do Senado Federal, Agaciél Maia, e teve a participação de juristas e profissionais de saúde. Para Agaciél,

o assédio moral é resultado da falta de qualificação necessária para exercer funções de chefia.

– O problema nasce quando as pessoas não estão preparadas para exercer o cargo. Quem pratica assédio moral se esconde atrás da falta de conhecimento ou acha que pode se impor no grito ou com agressões. Quem é chefe se impõe pelo conhecimento e pela liderança – afirmou Agaciél Maia.

Comissão monitora ações contra exploração sexual

A comissão mista temporária criada para acompanhar a execução das recomendações contidas no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual Infantil aprovou na quarta-feira um roteiro de trabalho com ações que deverão ser cumpridas até o dia 15 de dezembro. O documento prevê a realização de audiências públicas e atividades de integração com diversos organismos governamentais, como o Ministério Público Federal e o Ministério da Justiça.

A próxima reunião da comissão, que é presidida pela senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE), ficou marcada para 10 de agosto. Na ocasião, a relatora do colegiado, deputada Maria do Rosário (PT-RS), deverá apresentar o calendário de atividades que será elaborado durante o período de recesso parlamentar.

A CPI da Exploração Sexual concluiu seus trabalhos no ano passado. A comissão realizou audiências públicas e diligências

em 22 estados e recomendou às autoridades competentes o indiciamento de 250 pessoas. Mais de cem foram presas, com a quebra do sigilo telemático de alguns provedores da Internet.

Patrícia Saboya lembrou que órgãos como o Ministério do Turismo têm realizado trabalho exemplar contra a exploração sexual, mas que é obrigação dos parlamentares que participaram da comissão cobrar de todos os órgãos envolvidos as providências sobre o que foi investigado. Por isso, Patrícia garantiu que senadores e deputados visitarão pessoalmente o procurador-geral da República e o ministro da Justiça para cobrar a aplicação das propostas do relatório.

– Vamos avaliar as políticas públicas sugeridas, ver como anda a implantação dessas metas e cobrar das autoridades uma atitude firme e positiva. As crianças, os adolescentes e suas famílias, que viram suas vidas destruídas pela exploração sexual, precisam de uma resposta da Justiça e do Parlamento – ressaltou Patrícia.



Senadora Patrícia Saboya (E) e deputada Maria do Rosário na comissão que acompanha resultados da CPI da Exploração Sexual

SAÚDE PÚBLICA Participantes de evento no Congresso pregam consolidação do sistema único criado em 1988

Simpósio defende punição severa para quem não respeitar o SUS



O apoio à aprovação de uma Lei de Responsabilidade Sanitária que poderá punir com multa e prisão os responsáveis pelo não-cumprimento dos programas do Sistema Único de Saúde (SUS) foi um dos destaques do simpósio sobre a política nacional de saúde.

O protesto contra o desvio de recursos do Fundo de Saúde para programas sociais, como o Fome Zero, e a necessidade de aprovar o referendo sobre o desarmamento, diante do aumento das mortes por armas de fogo, também foram temas importantes discutidos no evento, promovido na semana passada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara de Deputados, em parceria com a Frente

Parlamentar da Saúde e com a Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Especialistas em saúde pública debateram durante três dias “Os rumos do Estado brasileiro e o SUS: a seguridade social como política pública da sociedade e do Estado”. Os participantes reforçaram a necessidade de consolidar o SUS com base na Constituição de 1988, que garante o direito universal e integral à saúde. A meta, de acordo com a Carta de Brasília aprovada pelos participantes do simpósio, ainda não foi alcançada. Mesmo reconhecendo os progressos alcançados na área de saúde com a implantação do SUS, os especialistas ressaltaram que os problemas persistem, “de forma preocupante, em baixos níveis de saúde e elevadas desigualdades sociais e regionais”.



MARCOS NEGRINI/SETEC-MT

Debatedores criticaram o desvio de recursos do Fundo de Saúde para programas sociais como o Fome Zero, e também o repasse a entidades filantrópicas

Revisar subsídios e isenções é caminho para reforçar sistema único

Os participantes do simpósio alertaram que as distorções do modelo econômico estariam colocando em risco os princípios de “universalidade e integralidade” estabelecidos na Constituição federal e pelo Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira. Como uma das prioridades para reforçar o SUS, foi citada a necessidade de revisar subsídios, isenções fiscais, filantropias e financiamento de planos privados, para desenvolver uma política de redirecionamento desses recursos ao sistema público de saúde.

Entre as distorções foram apontadas as crescentes demandas de consumidores dos planos privados por fornecimento de medicamentos e exames pelo SUS, e as ações judiciais que obrigam o sistema de saúde a prover medicamentos e exames de alto custo. O pediatra e sanitarista Gilson Carvalho criticou a posição de representantes da Advocacia Geral da União (AGU) e da Procuradoria Geral da República, que se manifestaram favoráveis ao financiamento, com recursos do Fundo de Saúde, de programas como o Fome Zero.

– Não podemos matar a fome dos brasileiros com o dinheiro que sai da saúde – defendeu o especialista.

A transferência de recursos públicos para entidades de cunho filantrópico,

como as Santas Casas, também foi questionada. O representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, José Luiz Spigolon, foi vaiado quando defendeu a permanência da rede filantrópica no SUS e a sua independência.

– Não aceitamos a presença de um conselho gestor em nossas instituições; elas têm autonomia – protestou Spigolon.

O representante das Santas Casas revelou que essas entidades acumulam dívida de R\$ 2 bilhões.

– Preocupa-nos a crescente intenção de expressiva parcela de dirigentes de instituições filantrópicas em não mais prestarem serviços ao SUS, diante das atuais dificuldades que enfrentam – disse Spigolon.

Para reafirmar os princípios e diretrizes do SUS, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que integra a Frente Parlamentar da Saúde, sugeriu que seja feito planejamento a longo prazo da política para a saúde, área que para ela deveria estar imune a disputas políticas.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) registrou em Plenário a realização do simpósio. Para ele, foi uma oportunidade para a sociedade refletir sobre os rumos e estratégias necessários para garantir o direito universal e integral à saúde.

Santas Casas alegam dívidas de R\$ 2 bi e podem deixar de atender pelo SUS



Segundo Humberto Costa, projeto chegará ao Congresso em dois meses

Ministro diz que nova lei criará pacto de gestão

O ministro da Saúde, Humberto Costa, citou, entre os principais problemas do SUS, a pequena participação dos estados no financiamento dos programas, os desvios de recursos, a ineficiência de gestão e a falta de pessoal. O ministro anunciou que, em dois meses, o projeto da Lei de Responsabilidade Sanitária será encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional. O objetivo do governo, disse Costa, é promover um pacto de gestão com estados e municípios para melhorar a saúde pública.

– As ações serão monitoradas em todo o país e, caso não atendam aos objetivos, será feito um termo de ajuste de conduta sanitária. Se for constatado desvio de recursos, os responsáveis serão punidos com base na Lei de Responsabilidade Sanitária – explicou Humberto Costa.

A iniciativa do governo foi elogiada por vários palestrantes, entre eles Gonçalves Vecina, professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

– A lei vai estabelecer as regras e levar para a cadeia quem não tem responsabilidade social – disse Vecina.



Augusto Botelho elogia documento final, que defende democratização do SUS

Principais pontos da Carta de Brasília

Para garantir a qualidade de vida da população, será necessário redistribuir a renda, rever a política monetária e redirecionar o financiamento público para as políticas sociais públicas.

Regulamentar com urgência a Emenda Constitucional 29, que fixa critérios para financiamento das ações e serviços de saúde.

Criar um sistema de orçamento global integrado, alo-

cando recursos em função das necessidades de saúde da população estabelecidas nos planos nacional, estaduais e municipais.

Mudar a política de subsídios e isenções fiscais para operadores e prestadores privados de planos e seguros privados de saúde e redirecionar esses recursos para o sistema público de saúde.

Aprovar a Lei de Responsabilidade Sanitária para

garantir o direito à saúde e proteger os usuários do sistema.

Garantir controle e fiscalização das ações de saúde; fiscalizar o cumprimento de metas e a alocação de recursos; e combater a corrupção.

Realização de uma conferência nacional de seguridade social para discutir “os interesses contrários” ao Sistema Único de Saúde.



PLENÁRIO

Ideli anuncia pacote para reduzir tributos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comunicou que nos próximos dias o governo federal deve anunciar um pacote de medidas visando reduzir tributos incidentes sobre materiais de construção e produtos para pequenas reformas. A idéia seria do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.

– O ministro quer contemplar o comércio de formiguinha – disse a senadora. Segundo ela, Furlan pretende incluir essa desoneração fiscal no texto da medida provisória que reduz impostos para investimentos. Essa MP tramita desde o último dia 15 na Câmara dos Deputados.

Ideli afirmou que o governo Luiz Inácio Lula da Silva já ado-

tou diversas providências em benefício do setor da construção civil, o que teria provocado a maior geração de empregos no setor na última década. Dentre essas iniciativas a senadora destacou a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, resultado de projeto de iniciativa popular apresentado no Congresso Nacional.

Mesquita quer plebiscito sobre dívida externa

Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) afirmou que a maior corrupção no país é o pagamento dos juros da dívida externa brasileira. O senador avisou que vai propor ao Senado Federal a realização de um plebiscito nacional para saber o que a população brasileira acha do assunto.

– O pagamento dessa dívida externa cruel pesa sobre os ombros dos brasileiros. O povo tem o direito de se manifestar. Devemos continuar a pagar?

Devemos fazer uma auditoria? Essa dívida é legítima ou não? – questionou.

Mesquita Júnior propôs que os bilhões de reais destinados ao pagamento dos juros desta “enorme dívida” poderiam ser aplicados na recuperação da infra-estrutura nacional, em programas sociais, na alfabetização e na saúde. Conforme o senador, pagar juros para banqueiros internacionais é “uma vergonha” e uma situação que angustia o povo brasileiro.



Geraldo Mesquita Júnior critica o pagamento de juros da dívida externa do país

ROOSEVELT PINHEIRO

Crivella critica proposta de Delfim Netto

A proposta do deputado Delfim Netto (PP-SP), defendida junto a políticos e empresários, de zerar o déficit nominal, foi criticada pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ). Segundo ele, se implantada a proposta, deverá haver aumento do superávit, o que prejudicará os trabalhadores.

– Vivemos uma conspiração e quero denunciá-la. O pagamento

dessa proposta de Delfim vai sair do salário dos trabalhadores – alertou Crivella.

O senador lembrou ainda que, presos nos Estados Unidos, há 20 mil brasileiros que foram para aquele país em busca de emprego. “A emigração está sendo mostrada na televisão como a única esperança dos brasileiros de uma vida melhor”, acusou o

senador, em referência à novela *América*, da Rede Globo.

– Este país continua o mesmo desde a Colônia; os instrumentos da elite são os mesmos. A emigração serve como instrumento para as elites exportarem pobres e tirarem do país quem deveria usufruir das riquezas – observou Crivella, que é vice-presidente da CPI da Emigração Ilegal.

Mão Santa lamenta desigualdade social

Mão Santa (PMDB-PI) lamentou a grande desigualdade social no país, expondo pesquisa realizada pelo Banco Mundial segundo a qual, no Brasil, os 10% mais ricos concentram 47% da renda produzida, enquanto os 40% mais pobres detêm 2,6%.

– Essa desigualdade tem custos elevados e explica boa parte da explosiva violência que caracteriza nosso país – acrescentou.

Para rebater as críticas de Mão Santa à aliança entre o PT e o PMDB, Paulo Paim (PT-RS) citou uma “aliança que deu certo”: o trabalho de PT, PDT, PSOL e PPS no Quilombo Silva, em Porto Alegre, que estaria prestes a garantir as terras aos quilombolas.

Paim propõe democratizar economia e decisões

Paulo Paim (PT-RS) defendeu um choque de distribuição de renda e inclusão social, aconselhando o governo federal a democratizar suas decisões.

– Por que não termos encontros mensais entre os líderes da situação e da oposição com o próprio presidente da República, para dialogarmos sobre aquilo que de fato interessa à nação? – questionou.

Ao enfatizar que um novo pacto federativo passa pela democratização das decisões, Paim sugeriu o que chamou de “pilares para democratizar a economia”, como a recuperação do poder de compra do salário mínimo e a redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

Tião Viana homenageia indicada ao Nobel da Paz

O senador Tião Viana (PT-AC) homenageou na quinta-feira a militante acreana Maria da Conceição Maia de Oliveira, que faz parte do grupo de mil mulheres indicadas para o Prêmio Nobel da Paz 2005. Concita Maia, como é conhecida a pedagoga acreana, é uma das 52 brasileiras

particularmente no Acre.

Tião Viana informou que Concita Maia é fundadora do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama) e uma das responsáveis pela criação do Movimento das Mulheres do Acre e da Rede Acreana de Mulheres e Homens. Em 2001,

participou da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Também esteve na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul.

A pedagoga Concita Maia milita em favor das mulheres do Norte do país

Heloísa Helena defende ministra Marina Silva

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o deputado João Alfredo (PT-CE), relator do grupo de trabalho que avaliou a carcinicultura (criação de camarões em cativeiro) no Nordeste. Os dois foram criticados pela oposição devido a relatório aprovado por unanimidade e após nove audiências com representantes dos criadores.

– Em qualquer projeto de carcinicultura existem mecanismos para produzir alimento, sem que isso signifique a destruição dos manguezais – disse.

O relatório concluiu pela suspensão de autorizações para novos viveiros, até um diagnóstico da situação e uma avaliação dos impactos sobre os manguezais.

Para Maciel, Brasil tem prejuízos com crise da Bolívia

Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que o governo brasileiro deve tomar uma atitude em relação à crise institucional



Marco Maciel

na Bolívia. Segundo o senador, a crise provocará um prejuízo mensal à Petrobras da ordem de 1% do seu faturamento, e o aumento de despesas do Brasil com o gás produzirá um efeito inflacionário na economia. Qualquer programa de substituição de importação do gás boliviano demorará, informou o senador, de três a quatro anos para entrar em operação. Por isso, em sua opinião, o Brasil, para evitar um “apagão”, terá que tomar medidas urgentes a fim de rever sua matriz energética. Conforme Marco Maciel, o Nordeste deve procurar alternativas, como as energias nuclear e eólica.

VENEZUELA - Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou sua participação na 7ª Reunião Binacional Brasil e Venezuela para o desenvolvimento fronteiriço, e cobrou melhorias na integração entre os dois países, como no transporte pela BR-174.

SAUDAÇÕES - Os senadores pelo Amazonas Arthur Virgílio (PSDB) e Jefferson Péres (PDT) saudaram a presença em Plenário, na quarta-feira, do ex-ministro e ex-senador Paulo Brossard. Eles exaltaram a humildade e a estatura moral e intelectual de Brossard.

Presidência



Marco Mona (E) pede apoio do presidente do Senado a convenção antitortura

Renan recebe apelo por votação de convenção contra a tortura

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na última segunda-feira o presidente da organização não-governamental Associação para Prevenção de Tortura, Marco Mona, e a diretora, no Brasil, do Centro para a Justiça e o Direito Internacional, Beatriz Afonso.

Eles fizeram um apelo a Renan para que o Congresso vote o protocolo facultativo para a implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas Cruéis.

O texto tramita na Câmara dos Deputados e será encaminhado, em seguida, ao Senado.

Curtas

Produtores de tabaco pedem alternativas

Acompanhados dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), produtores de tabaco do Sul e do Nordeste entregaram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, documento com mais de 195 mil assinaturas. Eles pedem que o Legislativo só ratifique a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco após a implantação de alternativas viáveis para as famílias que produzem fumo.

PLENÁRIO

Heráclito alerta para atuação da Previ

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) alertou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre queixa feita contra a Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, pelo presidente da Telecom Itália no Brasil, Paolo dal Pino. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, dal Pino disse que o investimento da empresa no país – sócia da Previ na Brasil Telecom – tornou-se um “pesadelo”. O executivo chegou a demonstrar interesse em vender a participação do grupo italiano.

– Estou alertando o ministro

da Fazenda, que é um homem sério e sensível a essa questão, para que analise com atenção a matéria, que pode causar danos para o país, pelo desestímulo ao investimento. É necessário que se vote imediatamente o marco regulatório, pois os investidores não podem ser surpreendidos.

Na entrevista, dal Pino afirmou que, se os fundos querem “reestatizar a Brasil Telecom”, que o façam de maneira completa. Lamentou que os italianos tenham sido “maltratados” no Brasil. “Parece que nosso investimento não é bem recebido” – frisou.

Alberto Silva expõe plano para estradas

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) defende um ambicioso plano de recuperação das estradas federais, observando que dos 42 mil quilômetros da malha, 30 mil precisam de obras urgentes.



Alberto Silva

O plano envolve a contratação de 100 empresas de engenharia. Com todos os serviços, ele avalia ser possível executar

o projeto em dois anos, a um preço de R\$ 200 mil por quilômetro. O custo total seria de R\$ 6 bilhões, correspondente ao que a frota de caminhões desperdiça com óleo.

– Os prejuízos causados pelos buracos são tão grandes quanto o valor pago com o pagamento de juros da dívida externa – sustentou.

Raupp reivindica obras em malha de Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) reivindicou investimentos nas estradas federais de seu estado. Segundo ele, ainda não foi cumprido o acordo entre o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e a bancada federal de Rondônia, firmado no

ano passado, prevendo recursos da ordem de R\$ 30 milhões para reparos na BR-429, que corta o Vale do Guaporé (RO). Raupp também cobra atenção para a BR-421, da região de Ariquemes, e a BR-425, que liga Abunã e Guajará-Mirim.

Reforma política ganha espaço no Plenário

A reforma política ganhou espaço nos debates durante a última semana no Senado. O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), adiantou que seu partido não aceita o projeto aprovado em comissões da Câmara, ainda sujeito a Plenário. Ele apontou as vantagens da proposta antes aprovada na Casa e criticou as mudanças inseridas na Câmara. Segundo ele, houve quebra do acordo firmado entre presidentes e líderes dos principais partidos (PSDB, PMDB, PT e PFL).

A Câmara incorporou a fidelidade partidária, mas rejeitou a verticalização nas eleições, deixando os partidos livres para composições no plano regional. O projeto, que incluiu sistema de votação em lista fechada de candidatos, recebe crítica por flexibilizar a chamada cláusula de barreira, ao reduzir de 5% para 2% os votos necessários, computados na Câmara, a cada eleição, para que um partido tenha acesso ao fundo partidário e propa-

ganda em rádio e televisão.

Marco Maciel (PFL-PE) pondera que, neste momento de crise, “votar essa matéria não é um bom caminho”. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) entendeu que o projeto da Câmara é insuficiente para tirar de cena as “legendas de aluguel”.

Já Augusto Botelho (PDT-RR) defende que a reforma seja votada até 30 de setembro, para que as mudanças vigorem nas próximas eleições. Heloisa Helena (PSOL-AL) quer adoção de cláusula que permita a pessoas não filiadas a partidos o direito à representação no Congresso, como deputado.

Leonel Pavan (PSDB-SC) questiona a validade da lista fechada, por criar dificuldades para a renovação



JOSE CRUZ

Bornhausen: PFL não vai aceitar projeto da Câmara porque houve quebra de acordo

dos partidos. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pede que o debate seja ainda aprofundado. Sibá Machado (PT-AC) propõe uma comissão temporária no Senado para tratar da reforma política. Ele defende votação para suplente de senador, sendo lembrado por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que, se a regra vigorasse hoje, o próprio Sibá, suplente da ministra Marina Silva, não estaria na Casa.

EDUCAÇÃO I José Jorge (PFL-PE) disse que o Plano Nacional de Educação está “abandonado e desprezado pelo governo federal”. Ele apresentou projeto de lei que cria nova estrutura de acompanhamento do PNE – do qual foi relator no Senado, aprovado em 2001 –, medida que “deveria ser iniciativa do governo”.

RIO SÃO FRANCISCO Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apontou erro no pronunciamento do presidente Lula à nação, semana passada, quando disse que 12 milhões de famílias seriam beneficiadas no Nordeste pela transposição do rio São Francisco, número que, segundo ele, não chegaria a 3 milhões de pessoas.

EDUCAÇÃO II Ideli Salvatti (PT-SC) destacou o plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, entregue pelo ministro da Educação, Tarso Genro, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto prevê a criação de 32 escolas e 54.136 vagas em cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia.

Cristovam repudia fala de coronel em favor da tortura

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) vai apresentar requerimento de repúdio ao uso da tribuna da Câmara dos Deputados pelo coronel Lício Augusto Maciel em sessão solene do dia 24 de junho,

pelas “aberrações políticas e éticas” ditas. O coronel se disse arrependido de não haver torturado um jovem que lutava contra o regime militar, no caso o atual presidente do PT, José Genoíno.

– Poucas vezes fiquei tão chocado. Depois de 20 anos de democracia, vi um representante das Forças Armadas dizer que se arrependia de não ter torturado – protestou.

Projetos

Regras para cartazes e faixas de propaganda eleitoral

Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto (PLS 193/05) que altera o Código Eleitoral para definir os locais onde poderão ser afixados cartazes e faixas de propaganda eleitoral, creditando ao Judiciário a competência para determinar esses locais. Ele também apresentou o PLS 198/05, tornando obrigatória, pela Lei dos Planos de Saúde, a oferta de uma modalidade de plano-referência sem cobertura de procedimentos obstétricos, voltada para quem não pode ou não quer mais ter filhos; o PLS 192/05, que altera o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, exigindo que os caracteres impressos em contrato de adesão observem padrão mínimo de medida tipográfica; e o PLS 203/05, para conceder aposentadoria especial aos empregados em serviço de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo.

Indicadores de produtividade

Pelo PLS 202/05, que altera a Lei 8.629/93, apresentado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), os indicadores de produtividade poderão vir a ser fixados pelos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, com a aprovação do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNP).

Alterações no Código Penal e na CLT

Marcelo Crivella (PL-RJ) propôs (PLS 204/05) alterar o Código Penal para prever que o juiz poderá deixar de aplicar a pena se o condenado, com boa conduta social, trabalho regular e antecedentes favoráveis, não tiver praticado crime no lapso equivalente a dois terços do período em que ocorreria a prescrição integral depois do trânsito em julgado. Propôs ainda (PLS 205/05) alterar a Consolidação das Leis do Trabalho para enquadrar em crime de desobediência o empregador que se recusar a cumprir a ordem judicial de readmissão do empregado.

Banco Brasileiro de Exportação e Importação

Hélio Costa (PMDB-MG) quer autorizar o Poder Executivo a criar o Banco Brasileiro de Exportação e Importação S.A., para garantir suporte financeiro às empresas e capacitá-las a atuar nos vários estágios do ciclo exportador, além de gerir o Fundo de Garantia às Exportações (cujo atual gestor é o BNDES). A proposta (PLS 195/05) também fixa diretrizes básicas para a criação do banco.

Proposta exclui autoridades do sigilo bancário

Projeto (PLS 194/05) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) pode excluir do benefício do sigilo bancário parlamentares federais, ministros, presidente e vice-presidente da República, dirigentes partidários e presidentes e diretores da administração direta e indireta. Também de Simon é a proposta (PLS 200/05) de alterar o Código Florestal e a lei que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural para delimitar as ações que podem afetar o patrimônio ecológico do país.

Prática abusiva para preço à vista igual a valor a prazo

É do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a proposição (PLS 191/05) que objetiva considerar como práticas abusivas e infrações penais a oferta e a venda de produtos ou serviços para pagamento a prazo pelo mesmo preço cobrado à vista e a recusa de desconto sobre os juros incorporados às parcelas, caso o consumidor se disponha a antecipar o pagamento delas.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 31 de maio e 3 de junho

PLENÁRIO

Valadares defende fundo para revitalizar o rio São Francisco

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a criação do Fundo de Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, conforme proposta de emenda à Constituição (PEC 524) que apresentou em 2002. Ele elogiou o Plano do São Francisco, estudo coordenado pelo vice-presidente da República José Alencar, que, no fim de 2003, afirmou que, antes de transpor as águas do São Francisco, é prioritário revitalizar o rio.

Acolhida por unanimidade no Senado e aceita pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, a matéria aguarda atualmente parecer do deputado Fernando Ferro (PT-PE), relator na comissão especial que a analisa.

Segundo Valadares, a aprovação da proposta pela Câmara dependeria do sinal verde da equipe econômica sobre o fundo, que seria composto por 0,5% dos impostos de competência da União, deduzidas as vinculações constitucionais.

Pelo Plano do São Francisco, a revitalização custaria US\$ 1 bilhão. Com o fundo esse valor seria diluído em 20 anos, prazo previsto para o fundo.

– Quem se der ao trabalho de ler isso [o Plano do São Francisco] vai concluir que o projeto de



ROSEWELT PINHEIRO

Valadares elogia estudo feito em 2003 e coordenado pelo vice José Alencar

transposição é temerário se não obedecer à linha mestra desse estudo – disse.

Maciel diz que Pernambuco aceita a transposição, mas com condições

Marco Maciel (PFL-PE) anunciou que o governo de Pernambuco apresentou documento ao Ministério da Integração Nacional sobre o projeto de transposição do rio São Francisco, em que reafirma seu apoio ao enfrentamento do problema da falta de água no semi-árido nordestino. Segundo Maciel, a posição do governo de Pernambuco é apoiada pelos três senadores do estado e por parte considerável da bancada de deputados federais.

De acordo com o senador, Pernambuco aceita a passagem dos canais de transposição, mas deseja ver respeitados também os interesses estaduais. Um deles seria a integração sistêmica das bacias pernambucanas à do rio São Francisco, levando em consideração as necessidades de irrigação,

os custos operacionais e a potencialização de projetos de desenvolvimento econômico e social em Pernambuco. Outro interesse estadual, disse Maciel, seria a garantia do abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais, especialmente no sertão e agreste, com a absorção de obras previstas no programa estadual de aproveitamento hídrico e a retomada dos projetos de irrigação que – ressaltou o parlamentar –, “apesar dos significativos investimentos já realizados, estão parados”.

– Só para dar um exemplo, os projetos de irrigação na região de Petrolina estão todos parados por conta da não liberação de recursos do Executivo federal. São obras que estão deixando de gerar renda e emprego na região por absoluta falta de verbas – assegurou.

Suplicy afirma que a água é direito humano universal

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário a Declaração da Água como Direito Humano Universal, documento que afirma existirem mais de 1,4 bilhão de pessoas sem acesso a água potável e 2,4 bilhões sem acesso a redes de distribuição de água e saneamento básicos.



Eduardo Suplicy

Danielle Mitterrand, viúva do ex-presidente da França, François Mitterrand, foi, de acordo com Suplicy, quem o alertou sobre a importância desse documento, apresentado em Roma, em 2003, que defende a constitucionalização do direito à água, mediante sua inclusão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nas constituições nacionais e nos estatutos das co-

letividades municipais, provinciais e regionais.

No mesmo discurso, Suplicy comunicou ter recebido, em reunião realizada no Teatro Oficina (SP), o apoio de políticos, artistas, intelectuais e representantes de associações de bairro, para tentar nova reeleição ao Senado em 2006. Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (PFL-PI) se solidarizaram com Suplicy.

O senador pediu a transcrição nos Anais da Casa de artigo do ministro das Cidades, Olívio Dutra, intitulado “Lei de saneamento é uma conquista da cidadania”, publicado dia 24 no jornal *Valor Econômico*.

Mão Santa apóia os produtores de camarão

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apoiou o documento da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão, repudiando o relatório da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados segundo o qual o cultivo do camarão em viveiros (carcinicultura) prejudica o meio ambiente e tem causado a redução da oferta de caranguejos.

De acordo com o documento, divulgado pelo senador, o grupo de trabalho, coordenado pelo deputado João Alfredo (PT-CE), não deu espaço para que os produtores defendessem seus direitos. Eles argumentam que o setor envolve 997 produtores e gera mais de 62 mil empregos, com uma receita de US\$ 250 milhões.

Lobão volta a pedir aumento salarial para militares

Edison Lobão (PFL-MA) voltou a pedir ao governo o imediato reajuste salarial de oficiais, praças e soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica, bem como ações concretas destinadas a reequipar as Forças Armadas. Segundo ele, os militares estão com a maioria dos equipamentos defasados e obsoletos.

– Essa situação está gerando muita insatisfação na tropa – alertou Lobão, ao se mostrar esperançoso diante das declarações concedidas à imprensa pelo ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar, de que o governo poderá conceder aos militares, ainda durante este mês de julho, a segunda parcela do aumento de 23% prometido pelo governo federal.

Para Edison Lobão, “é gritante” a injustiça que está sendo imposta aos militares. Como exemplo, lembrou que hoje um major da PM ou do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal percebe um salário bruto de R\$ 6.847,88, que poderá chegar a R\$ 8.182,45 com a aprovação do Projeto 5.030/05, em tramitação no Congresso. Apesar de considerar justo o aumento concedido à PM, o senador ressaltou que, com o reajuste, esse major terá um vencimento quase igual ao de um general-de-exército – de R\$ 8.564,00 –, caso os militares também não recebam o percentual reivindicado.

Mozarildo lembra os 12 anos de criação do Cefet de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou, em Plenário, os 12 anos de funcionamento do Centro Federal de Ensino Tecnológico de Roraima (Cefet-RR), comemorados na sexta-feira. A instituição começou suas atividades como escola técnica e atualmente oferece cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

Segundo Mozarildo, o Cefet atende especialmente os estudantes mais carentes do ensino médio, com a finalidade de capacitá-los a disputar vestibular em qualquer universidade do país. Ele acrescentou que as estatísticas demonstram que a instituição obtém alto índice de aprovação nesses exames e que seus alunos conquistam as melhores colocações.

O parlamentar disse ainda que o Cefet proporciona uma profissão a seus alunos, que, se quiserem, podem parar os estudos no nível técnico profissionalizante. No entanto, salientou, se pretenderem cursar um nível superior, estarão bem preparados.

– Continuem estudando. A educação é o único caminho que as pessoas das camadas mais pobres dispõem para ascender socialmente e dar sua contribuição ao Estado – aconselhou.

Wirlande da Luz defende combate à exploração sexual

Wirlande da Luz (PMDB-RR) ressaltou que a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente foram decisivos para inserir no debate público a questão da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil. Segundo Wirlande, a exploração sexual de crianças e adolescentes é uma realidade em todo o Brasil. Ele citou dois estudos que constata essa situação – um desenvolvido pelo Grupo Vidas, da Universidade de Brasília, em parceria com a instituição Save the Children, da Suécia; e outro, da Caravana do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco. – A exploração sexual infanto-juvenil não é tema de fácil trato, pois traz em seu bojo ambigüidades e polarizações, e surgiu do capitalismo, em parceria com o crime organizado e com o beneplácito da permissividade e tolerância da erotização banal.



CÉLIO AZEVEDO

Leonel Pavan

Para Pavan, FHC iniciou combate ao trabalho escravo

Apesar de reconhecer o mérito do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no combate ao trabalho escravo, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou que as medidas que vêm sendo implementadas “nada mais são do que uma seqüência daquelas adotadas durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso”. Como exemplo, o senador lembrou que, há exatos dez anos, Fernando Henrique editava o decreto de criação do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf). – A participação histórica do governo Fernando Henrique Cardoso tem sido, infelizmente, omitida pelo governo atual, que, em geral, atribui a si todos os êxitos nessa matéria. Mas, como se vê, isso não corresponde aos fatos – declarou.

Pavan também recordou que, na mesma época, foi criado o Grupo Móvel de Fiscalização, “um dos serviços mais eficientes da República no combate ao trabalho escravo”.

Voz do Leitor

PLANO DE SAÚDE

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei que vise dar a todo trabalhador que se aposenta por invalidez direito a um convênio médico ou plano de saúde a ser pago pelo empregador.”

Júlio César da Silva Vilela, de Barra Mansa (RJ)

PRIVATIZAÇÕES

“Senadora Heloísa Helena, sugiro que a senhora busque apoio para instalar uma CPI sobre as privatizações. As CPIs são necessárias para que se investiguem as várias falcatruas que já ocorreram neste país.”

Mirani Ferreira Silva, de Petrópolis (RJ)

PERDÃO DE DÍVIDAS

“Nosso país tem celebrado acordos que perdoam dívidas de países pobres. Baseado nisso, sugiro que seja apresentado projeto de lei que permita o perdão de dívidas dos pequenos produtores rurais, já que há municípios onde esses produtores perderam a safra em razão da seca e que se encontram em estado de emergência.”

José Clementino Neto, de Aratuba (CE)

UNIVERSIDADE DO SERTÃO

“Não sou da Paraíba, no entanto apóio a sugestão de criação de uma nova universidade naquele estado para desenvolver tecnologias voltadas às carências do sertão, como defende o senador Efraim Morais. O Brasil inteiro ganhará com a criação da Universidade Federal do Sertão Paraibano.”

Agnes Altmann, de Brasília (DF)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

“A extensão universitária precisa atender às demandas culturais, principalmente das crianças e jovens do sertão. Sugiro a criação de bibliotecas em comunidades rurais a cargo de caravanas de universitários estagiários de vários cursos. Ao fazer a opção pelos esquecidos, a universidade brasileira estaria realizando um avanço cultural indispensável ao país.”

José Ivan de Oliveira, de Parnamirim (RN)

MINISTÉRIO

“Sugiro a criação de um ministério exclusivamente responsável por investigar supostos atos ilegais.”

Tarcízio José de Lima Alves, de Campina Grande (PB)

CPI

“Proponho que, quando houver instalação de CPI, não possam ser nomeados para a comissão parlamentares do partido a ser investigado. Dessa forma, a investigação será mais transparente.”

Hamilton Lopes Silva, de Peruíbe (SP)

VEREADORES

“Senador Mão Santa, solicito que o senhor continue a interceder junto ao Supremo Tribunal Federal para agilizar a apreciação das ações que dispõem sobre o retorno do número de vereadores no Brasil para 60.276, declarando inconstitucional a redução em mais de 8 mil vagas por resolução do Tribunal Superior Eleitoral no ano passado.”

Mozar Borges da Silva, de São Gotardo (MG)

Pergunte ao Senador

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Raimundo Leite Afonso, de Sarzedo (MG)

“Senador Arthur Virgílio, é um absurdo um aposentado por invalidez pagar Imposto de Renda. Existe alguma possibilidade da reforma paralela da Previdência isentar os aposentados do pagamento de tantos impostos?”

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) responde:

Prezado Raimundo, considero pertinente a sua opinião. A lei já isenta do Imposto de Renda pessoas que sofrem de várias moléstias. Por que não estender a isenção a todos os aposentados por invalidez? É assunto que deve merecer a nossa atenção. E é matéria para lei ordinária, não havendo necessidade de emenda constitucional.



ENSINO PÚBLICO

Idenilson Andrade dos Santos, de Vazedo (BA)

“Senadora Fátima Cleide, a qualidade do ensino público brasileiro é péssima e as instalações físicas dos colégios são precárias. Faltam livros e merenda nas escolas. O que pode ser feito para melhorar a educação pública?”

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) responde:

Faço minhas tais palavras. Infelizmente, estamos vivenciando um quadro ruim na educação. Mas a situação tende a melhorar. O governo Lula e nós, senadores, temos total interesse na melhoria da educação em todo o país. Entendo que não há desenvolvimento nem progresso se não houver maiores investimentos na educação. Estou no Senado Federal lutando por mais investimentos para que a educação pública possa atender à maioria da nossa população trabalhadora, que é, de fato, cliente da escola pública. Minha luta é por uma melhor formação dos professores, por melhores condições de trabalho e pela valorização profissional dos trabalhadores da educação.



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Oberdan Francisco Meijon da Silva, de Congonhas (MG)

“Senadora Patrícia Saboya, quais são as regras para se conseguir o benefício garantido pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), Espécie 87?”

A senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE) responde:

Caro Oberdan, para conseguir o benefício você deve comprovar que é portador de deficiência física, que está incapacitado para o trabalho e para a vida independente e, ainda, que sua renda familiar dividida pelo número de integrantes da sua família é menor que um quarto do salário mínimo vigente na data em que você der entrada no requerimento. O benefício pode ser solicitado nas agências da Previdência Social, onde você terá que apresentar documentos de identificação e comprovantes de renda. Você pode saber mais pelo telefone 0800-780191.



Frases

“Nós tentamos, todos viram, mas infelizmente não deu”

Renan Calheiros, anunciando que, apesar dos esforços, não foi dessa vez que o PMDB concordou em participar unido do governo.

“Com um flagelo deste, que mata mais do que a Aids, ainda estamos discutindo se temos que proibir ou não a arma de fogo”

Julio Jacob Waiselfisz, sociólogo, pedindo a aprovação do referendo que proíbe a venda de armas de fogo no país.

“Deve procurar um psiquiatra ou psicólogo quem não tem noção do tamanho da crise pela qual passa o país”

Arthur Virgílio, ao criticar a inoperância do governo.

“O carequinha [Marcos Valério] deixou de fora o rabo, o que o PC [Paulo César Farias, tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor] não fez no passado”

Roberto Jefferson, que em depoimento na CPI dos Correios sugeriu que a comissão investigasse a movimentação das contas do publicitário Marcos Valério.

“As pessoas costumam dizer que as CPIs acabam em pizza, mas a CPI da Exploração Sexual Infantil não vai acabar em pizza”

Patrícia Saboya, ao ressaltar que as recomendações da comissão em que ela foi relatora estão sendo postas em prática.

“A violência que ocorre no meio doméstico é uma atitude difusora e construtora da violência permanente”

Serys Shlessarenko, em videoconferência realizada pelo Interlegis, dizendo que os jovens que vêem as mulheres da família serem agredidas pelos companheiros agirão da mesma forma no futuro.

“Eu prefiro 5 mil tratores na Esplanada em vez de tanques do Exército, como ocorreu durante a votação da eleição direta para a Presidência da República”

Sibá Machado, ao destacar que qualquer movimento social que for a Brasília merece respeito.

“Acho que a agricultura brasileira nunca passou por uma fase tão negra como a atual”

Maguito Vilela, em apoio aos produtores que promoveram o “tratoração” em Brasília.

Foto da Semana

Tratores ocuparam o gramado em frente ao Congresso Nacional, na última quarta-feira, em manifestação do movimento “Tratoração - o Alerta do Campo”, organizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A manifestação reuniu, na Esplanada dos Ministérios, cerca de 3 mil tratores e máquinas agrícolas, com o apoio de 15 mil produtores rurais, a fim de sensibilizar o governo para a crise enfrentada pelo setor e agravada pela seca



MARCELLO CASAL JR./ABR

Destaques à nata da malandragem

O destaque musical da Rádio Senado desta semana é o *Música do Brasil*, que vai ao ar no sábado, às 16h. O programa apresenta o sambista Wilson Batista, que ficou conhecido como um dos ícones da famosa malandragem da Lapa e pela polêmica criada com Noel Rosa.

Música do Brasil ainda mostra trechos de uma entrevista com o músico e algumas das suas mais famosas composições, entre elas *Seu Oscar*, parceria com Ataulfo Alves; *Lenço no pescoço*, com Sílvio Caldas; e *O Bonde de São Genuário*, com Ciro Monteiro.

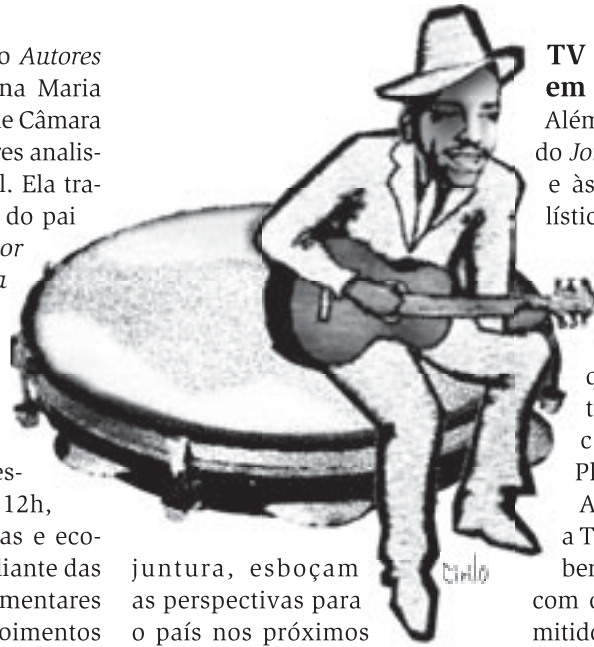
Também no sábado, o *Música Erudita e seus Mestres* apresenta, às 9h, obras do compositor e orquestrador francês Emmanuel Chabrier interpretadas pela Orquestra Nacional da França, sob a regência de Armin Jordan.

No domingo, às 9h, o *Autores e Livros* entrevista Anna Maria Cascudo Barreto, filha de Câmara Cascudo, um dos maiores analistas do folclore nacional. Ela traçou o perfil doméstico do pai no livro *O colecionador de crepúsculos - uma fotobiografia de Luís da Câmara Cascudo*.

Conexão discute perspectivas

O *Conexão Senado* desta segunda debate, às 12h, as perspectivas políticas e econômicas para o Brasil diante das acusações contra parlamentares e ministros e dos depoimentos das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Para participar da discussão, a Rádio Senado convidou analistas políticos e econômicos que, a partir do debate da con-



juntura, esboçam as perspectivas para o país nos próximos meses. O ouvinte pode enviar dúvidas e sugestões pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777 ou pelo endereço eletrônico conexao@senado.gov.br.

TV Senado investe em jornalismo

Além das duas edições diárias do *Jornal do Senado*, às 13h45 e às 21h, a cobertura jornalística no Congresso ganhou novo ritmo. Ao longo de toda a programação, os repórteres atualizam as notícias em boletins que são exibidos nos intervalos das reuniões das comissões e sessões do Plenário.

A partir da última semana, a TV Senado aprimorou a cobertura jornalística da Casa com o *Senado Informa*, transmitido ao vivo antes do início das atividades nas comissões e no Plenário. A atração vai antecipar a agenda do dia, com entradas ao vivo dos repórteres, entrevistas com senadores e participação de convidados.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

RESENHA

Como surgiu o Amapá, a terra onde o Brasil começa

ELTON EDMUNDO POLVEIRO JÚNIOR

Obra ímpar e de feliz iniciativa, *Amapá: a terra onde o Brasil começa* acrescenta valioso conteúdo de pesquisa ao acervo bibliográfico brasileiro. Os autores detalham a gênese do Amapá e a correlacionam à de outros estados do Norte e do Nordeste. A obra é enriquecida por fotos e documentos históricos, com destaque para a transcrição em que Capistrano de Abreu descreve o modo de vida na Amazônia no fim do século 18.

O livro inicia apresentando ao leitor a região do Amapá e a sua riqueza que tanto maravilhou os colonizadores europeus.

O cenário político europeu contextualiza a narrativa, revelando o interesse das grandes potências naquelas terras. À cobiça de outras nações, Portugal reage militarmente e com o auxílio de diversas ordens religiosas, que, a partir de 1617, instalam missões. A Amazônia despertava também a curiosidade científica. Em 1743, Charles-Marie de la Condamine torna-se o primeiro cientista a visitá-la.

A controvérsia dos limites territoriais do Cabo do Norte, atual Amapá, é o elemento central do texto. Ela se intensifica em 1886, com a proclamação da República do Cunani e a formação do



Triunvirato do Amapá. Nesse ponto, os autores fazem viva narração dos conflitos franco-brasileiros.

Na solução desses conflitos lindeiros, outro aspecto relevante é a presença de duas figuras emblemáticas da ciência e da diplomacia, respectivamente, o professor Emílio Goeldi e o Barão do Rio Branco.

Chamam ainda a atenção as peculiaridades da cultura regional, como o dialeto do lanc-patua e a Festa de São Tiago.

No último capítulo, o Amapá se abre para o futuro e lança as bases para seu desenvolvimento sustentável, com particular ênfase na implantação da Zona de Livre Comércio. A conclusão é incisiva: "O Amapá será um estado forte e pioneiro na Amazônia".

Elton Edmundo Polveiro Júnior é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Amapá: a terra onde o Brasil começa* é editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. Informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

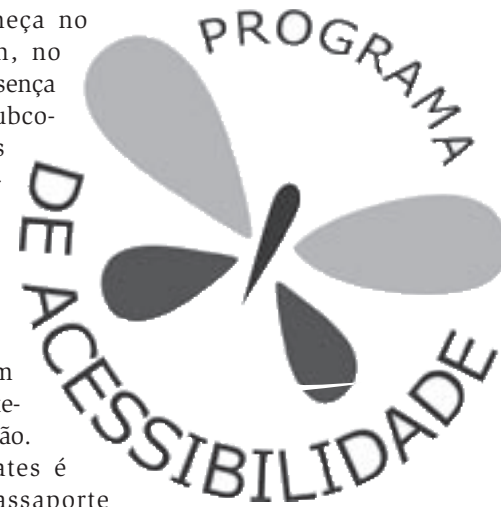
Acessibilidade para deficientes em discussão

O Senado Federal promove, nos dias 9 e 10 de agosto, no auditório do Interlegis, o seminário "Acessibilidade em Debate", com a realização de videoconferência para assembleias legislativas e câmaras municipais, visando aprofundar a reflexão sobre as necessidades específicas das pessoas com deficiência.

O evento faz parte da programação da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que vai divulgar o esforço da Casa pelo cumprimento da legislação de inclusão social e estimular a promoção da acessibilidade dos portadores de deficiência. O presidente do Senado, Renan Calheiros, abrirá o evento com visita à exposição sobre acessibilidade, no Salão Negro do Congresso Nacional, na manhã do dia 9 de agosto.

O seminário começa no mesmo dia, às 14h, no Interlegis, com a presença do presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), do vice-presidente, Flávio Arns (PT-PR), do senador Paulo Paim (PT-RS) e de outros integrantes da subcomissão.

O tema dos debates é "Acessibilidade: Passaporte para a Cidadania das Pessoas com Deficiência". Também participarão da Mesa o presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade), Adilson Ventura, o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, e o presidente da Comissão de Acessibilidade do Senado,



Adriano Bezerra de Faria. Já no dia 10, o assunto discutido será "As Pessoas com Deficiência e o Mundo do Trabalho: Realidade e Perspectivas".

Mais informações no site www.interlegis.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-2556.

Coral do Senado apresenta ópera *Carmen*

Pela primeira vez o Coral do Senado participará de uma apresentação de ópera. Nesta segunda e terça-feira, uma das mais importantes obras do canto lírico internacional – *Carmen*, de George Bizet – poderá ser contemplada na Sala Martins Penna do Teatro Nacional, em Brasília.

Com entrada franca, o espetáculo, que será exibido às 20h, foi produzido e montado pelo Insti-

tuto de Artes da Universidade de Brasília (UnB), com participação dos corais do Senado e Viva Voz e do grupo de dança flamenca Capricho Espanhol.

A obra reúne cerca de cem cantores, atores e figurantes, que retratam a história da cigana Carmen, personagem de muita sensualidade, fascínio e espontaneidade. Numa releitura da obra, a coordenadora-geral, Irene Bentley, e o diretor Marcus

Mota, da UnB, querem focar a afirmação feminina contra a força bruta do machismo, representado no personagem Dom José.

O Coral do Senado é regido pela maestrina Glicínia Mendes. O trabalho exigiu do grupo muitos ensaios extras. Além da técnica musical, os membros do coral – funcionários do Senado em sua maioria – tiveram de aprender também técnicas corporais e de presença em cena.

Conheça o Senado



Clodoaldo Silva Santos desenhou a Bandeira pela primeira vez em 1998, em homenagem ao nascimento do seu filho. Hoje, a obra faz parte do Plenário

Bandeira brasileira é desenhada semanalmente no Plenário

Motivo de curiosidade dos visitantes do Senado, a Bandeira Nacional desenhada em alto-relevo com um aspirador no Plenário, logo abaixo e à frente da Mesa diretora, foi feita pela primeira vez há sete anos, pelo então auxiliar de serviços gerais Clodoaldo Silva Santos, 35 anos.

Santos, que hoje é encarregado de serviços gerais, desenhou a Bandeira em homenagem ao filho, que nasceu em maio de 1998. O alto-relevo exigiu dois dias para ser completamente "esculpido" e fixado no carpete com o uso do aspirador.

Elogiado por parlamentares e servidores do Senado, o trabalho é refeito toda semana, agora em até 20 minutos. Nas laterais, Santos faz desenhos abstratos.

– Muitas pessoas acham que existe uma bandeira debaixo do carpete, ou que foi feita uma aplicação em alto-relevo no local – diverte-se o artista.

Apesar de não ter mais de realizar o serviço de limpeza do carpete do Plenário, Santos não abre mão de trabalhar a Bandeira Nacional toda semana. O Alô Senado e os servidores responsáveis pelo serviço Visite o Senado recebem regularmente questionamentos sobre a arte e sua autoria.

O Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa, inclusive o Plenário. Os passeios acontecem de hora em hora, com saída do Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30 nos dias úteis, e entre 10h e 14h nos fins de semana e feriados.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valtér Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici

Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Os cuidados com desconto em folha

Para aposentados e pensionistas do INSS, trabalhadores com carteira assinada e funcionários públicos, conseguir empréstimo ficou mais fácil. Trata-se do crédito consignado, modalidade de financiamento em que as parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento ou do benefício previdenciário. Apesar de ainda altos, os juros cobrados são menores, já que a taxa de inadimplência é quase zero para os bancos.

Em média, os juros cobrados nesse tipo de operação chegam a 39% ao ano, enquanto no crédito pessoal tradicional eles atingem 72% ao ano, conforme o Banco Central.

Neste *Especial Cidadania*, veja quais as características desse tipo de crédito e quais os cuidados a serem tomados em sua obtenção. Além de conhecer todas as regras do negócio, o cidadão deve procurar uma instituição que ofereça os menores juros do mercado.



LALO DE ALMEIDA / FOLHA IMAGEM

Ofertas de "dinheiro fácil" se espalham por todo o país

Segurados do INSS aderiram em massa

O governo federal lançou uma campanha nacional de esclarecimento dirigida a aposentados e pensionistas sobre o empréstimo consignado. O que o governo pretende é evitar que os segurados caiam em armadilhas, uma vez que a operação representa dívidas e um comprometimento da renda mensal do aposentado.

A adesão dos segurados tem sido crescente, desde maio de 2004, quando as operações começaram. Balanço divulgado no fim de junho pela Dataprev (empresa que processa a folha de pagamentos da Previdência Social) mostra que 3.083.696 de aposentados e pensionistas já pediram empréstimo com des-

conto em folha. Em valores, as instituições financeiras credenciadas pelo INSS concederam R\$ 6,798 bilhões em créditos consignados.

O número de reclamações à Ouvidoria da Previdência Social também aumentou. Por essa razão, o INSS suspendeu por 60 dias (a partir de 27 de maio) a celebração de novos convênios com instituições bancárias. O objetivo é avaliar todas as reclamações feitas até agora e melhorar a segurança dos convênios. Os contratos vigentes e os que estão em tramitação continuam valendo, até que as modificações sejam definidas.

Modalidades – A lei permite três modalidades de empréstimo

para titulares de benefícios do INSS. Na primeira, a consignação é feita diretamente no benefício previdenciário. A segunda modalidade é a retenção, em que o INSS repassa o valor integral do benefício para a instituição financeira pagadora do benefício, que retém o valor do desconto (somente pode ocorrer com os respectivos bancos pagadores dos benefícios previdenciários). A terceira forma de desconto é realizada com o cartão de crédito, sendo necessário que o titular do benefício faça tal opção. O interessado tem que autorizar, por escrito, que a consignação ou retenção seja feita no benefício previdenciário.



MARCOS NEGRINI/SETEC-WT

Número de reclamações levou o INSS a suspender novos convênios até o fim de julho

Informações

Ministério da Previdência
PREVfone: 0800 78-0191
Disque Denúncia: 0800 707-0477
Caixa Postal 09714
70001-970 - Brasília (DF)
ouvidoria@previdencia.gov.br
www.previdencia.gov.br

Banco Central
Central do Cidadão: 0800 99-2345
(das 9h às 16h, dias úteis)
www.bacen.gov.br

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (MJ)
Tel.: (61) 3429-3942
www.justica.gov.br/DPDC/institucional.htm

Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCon)
Tel.: (48) 229-9212
www.mpcon.org.br

Associação Nacional de Defensores dos Consumidores do Sistema Financeiro (Andif)
Tel.: (11) 3106-1537
www.andif.com.br

Portal do Consumidor
www.portaldoconsumidor.gov.br

Propostas em tramitação

O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou projeto para proibir a publicidade das instituições financeiras que incentivam aposentados e pensionistas a adquirirem empréstimos em consignação, descontados em folha (PLS 161/05). Segundo o senador, "as campanhas publicitárias apresentam o paraíso aos aposentados sem lhes mostrar o inferno que lhes virá depois". A matéria aguarda exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Na Câmara, tramita na Co-

missão de Defesa do Consumidor (CDC) projeto do deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) determinando que a veiculação de publicidade para concessão de empréstimo deverá conter a taxa mensal e anual de juros, bem como a forma de pagamento (PL 5.402/05). Do deputado Murilo Zauith (PFL-MS) é a proposta que prevê a utilização do saldo do FGTS como garantia e quitação de empréstimo consignado (PL 5.200/05). A matéria aguarda exame da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Consulte a legislação

► Lei 10.820/03 – Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e aos aposentados e pensionistas do INSS (alterações previstas na Lei 10.953/04).

► Decreto 4.961/04 – Regulamenta o art. 45 da Lei 8.112/90, que trata das consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis, dos aposentados e dos pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União.

Informações básicas sobre os empréstimos

► Tipos de operações: empréstimos, financiamentos e leasing.

► Beneficiários: trabalhador com carteira assinada (CLT), sindicalizado ou não, aposentados e pensionistas do INSS e funcionários públicos.

► Valor máximo do empréstimo: depende do salário e do prazo de pagamento.

► Valor máximo das prestações: até 30% do salário.

► Prestações: até 36 parcelas.

► Forma de pagamento: prestações iguais, mensais, prefixadas, descontadas diretamente na folha de pagamento (salário ou benefício). O controle é feito pelas empresas ou órgãos públicos, que deduzem as prestações no contracheque do empregado/aposentado e

repassam ao banco que concedeu o empréstimo. Alguns bancos exigem que o mutuário seja correntista da instituição.

► Juros: não há piso ou teto estabelecidos (média de 1,50% a 3,70% ao mês, dependendo da instituição financeira e do número de prestações em que o empréstimo será pago).

► Taxas e impostos: os bancos cobram uma taxa de abertura de crédito (TAC) para fazer a operação. Há ainda a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Alguns bancos oferecem, ainda, seguros em caso de morte do titular do benefício. Este é opcional.

► Cancelamento: pode ser feito quando houver o pagamento antecipado. Nesse caso, é preciso recalcular os juros.

Evite as armadilhas e pesquise os juros

► Certifique-se de que a instituição financeira tem convênio com a empresa/órgão público e/ou INSS.

► Pesquise entre as instituições bancárias a que oferece menores taxas e melhores condições (juros, taxas incidentes, valor da prestação).

► Não solicite empréstimos por meio de telefone.

► Nunca forneça seus dados pessoais por telefone ou e-mail. Procure pessoalmente a institui-

ção financeira.

► Leia atentamente o contrato antes de assiná-lo. Em caso de dúvida, recorra a um órgão de defesa do consumidor. Depois, guarde uma cópia do contrato.

► Não aceite a intermediação de terceiros.

► Cuidado com a venda casada. As instituições não podem vincular a concessão do empréstimo à aquisição de outro produto.

Quando utilizar o empréstimo

► Verifique se as parcelas não comprometerão seu orçamento, dificultando o pagamento de outras despesas. Leve em conta que, no prazo do empréstimo, o salário ou aposentadoria virá menor, e as despesas do mês serão as mesmas.

► O empréstimo pode ser boa opção para quitar dívidas com cartão de crédito, cheque especial ou bancos, que têm juros maiores. Se a intenção é comprar um bem, pesquise os juros cobrados pelas lojas. Muitas vezes eles são menores.

Denúncias e reclamações

► Se o segurado (aposentados e pensionistas do INSS) não reconhece um empréstimo feito em seu nome, deve formalizar uma reclamação em uma agência do INSS. Caso o empréstimo não seja confirmado junto ao banco, ele será cancelado. A responsabilidade pela devolução do valor indevidamente

descontado é da instituição financeira.

► Atrasos no recebimento ou outros problemas devem ser encaminhados ao banco. Caso deseje reclamar da instituição, o cidadão pode procurar o Procon de sua localidade e ainda encaminhar reclamação ao Banco Central.